



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRPPG - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
PPGASP – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA



TAYSA CAMPOS FONTOURA

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE) EM NOVA OLÍMPIA-MT.**

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2025**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRPPG - PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
PPGASP – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA



TAYSA CAMPOS FONTOURA

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE) EM NOVA OLÍMPIA-MT.**

Dissertação apresentada à
Universidade do Estado de Mato
Grosso, como parte das
exigências do programa de Pós-
graduação Stricto Sensu em
Ambiente de Sistema de
Produção Agrícola para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adelice Minetto Sznitowski

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2025**



Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT
Catalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

F684p Fontoura, Taysa Campos.

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) EM NOVA OLÍMPIA-MT / Taysa Campos Fontoura. - Cáceres,
2025.

85f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/TGA-PPGASP
- TANGARA DA SERRA - Mestrado Academico, Campus Universitário De
Tangará Da Serra "Eugênio Carlos Stieler".

Orientador: Profa. Dra. Adeline Minetto Sznitowski.

1. Agricultura familiar. 2. PNAE. 3. segurança alimentar. 4.
desenvolvimento local. I. Sznitowski, Profa. Dra. Adeline
Minetto. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 338.43(817.2)

Catalogação de Publicação na Fonte UNEMAT - Unidade padrão



TAYSA CAMPOS FONTOURA

**“POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA NACIONAL DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM NOVA OLÍMPIA-MT”**

Dissertação apresentada à Universidade
do Estado de Mato Grosso, como parte
das exigências do Programa de Pós-
graduação Stricto Sensu em Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola para
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 04 de fevereiro de 2025.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ADELICE MINETTO SZNITOWSKI
Data: 04/02/2025 15:54:49-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Adeline Minetto Sznitowski
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Documento assinado digitalmente
 RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANCA
Data: 04/02/2025 17:17:45-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de Franca
Membro Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Documento assinado digitalmente
 FERNANDO THIAGO
Data: 04/02/2025 18:19:32-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Thiago
Externo a Instituição
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

TANGARÁ DA SERRA/MT - BRASIL

2025



AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, fonte de toda a sabedoria e força, por me conceder a saúde e a resiliência para concluir esta etapa tão importante da minha vida.

Aos meus pais, por todo o amor, apoio incondicional e ensinamentos, que sempre me incentivaram a seguir em frente, e aos meus familiares, especialmente ao meu esposo e filhos, por compreenderem a minha ausência e me motivarem em todos os momentos. Vocês são o meu alicerce.

À minha orientadora, Profa. Dra. Adelice Minetto Sznitowski, por sua dedicação, paciência e valiosas orientações ao longo de todo o processo. Sua experiência e ensinamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Santino Seabra Junior, pelas contribuições acadêmicas e pelo apoio oferecido ao longo da trajetória.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A todos, muito obrigada!



SUMÁRIO

Páginas

1 INTRODUÇÃO	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	11
2.2 COMERCIALIZAÇÃO VIA PNAE.....	14
2.2.1 Limitações na Comercialização via PNAE	14
2.2.2 Benefícios na Comercialização via PNAE	15
2.3 GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS	16
2.4 GESTÃO DO PNAE.....	18
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	19
3 METODOLOGIA	20
3.1 COLETA DE DADOS.....	26
3.2 ANÁLISE DE DADOS.....	26
3.3 ÁREA DE ESTUDO	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	29
4.2 GESTÃO PRODUTIVA	30
4.3 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE COMERCIALIZAVAM VIA PNAE	31
4.3.1 Perfil Socioeconômico	32
4.3.2 Principais Olerícolas Cultivadas	33
4.4 COMERCIALIZAÇÃO VIA PNAE	34
4.1 Limitações na Comercialização via PNAE	34
4.2 Benefícios na Comercialização via PNAE.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	56
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.....	56



APÊNDICE B - Limitações dos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.....	59
APÊNDICE C - Benefícios dos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.....	64
APÊNDICE D - Comercialização de Horticultura do município de Nova Olímpia - MT.....	68
APÊNDICE E - Recomendações ao Poder Público para mitigar limitações na comercialização via PNAE.....	77



RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar desempenham papéis cruciais na promoção da segurança alimentar, da nutrição adequada, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Iniciado como a Campanha da Merenda Escolar em 1955, o PNAE tem como objetivo fornecer uma alimentação saudável aos alunos da educação básica pública. Este estudo investigou as potencialidades e limitações do abastecimento da alimentação escolar no PNAE em Nova Olímpia-MT. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi compreender e interpretar características sociais a partir de uma perspectiva subjetiva. A coleta de dados foi realizada por meio de formulários semiestruturados aplicados aos agricultores de Nova Olímpia-MT que participam do PNAE. Buscou-se obter uma compreensão aprofundada da capacidade hortícola dos agricultores envolvidos no programa. Os resultados forneceram informações que podem apoiar os gestores no processo de abastecimento do PNAE, orientando políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento econômico local, promovendo a sustentabilidade econômica dos agricultores e possibilitando uma alimentação adequada escolar e saudável.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, PNAE, segurança alimentar, desenvolvimento local.



ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) and family farming play crucial roles in promoting food security, adequate nutrition, economic development and social inclusion. Started as the School Lunch Campaign in 1955, the PNAE aims to provide healthy food to public basic education students. This study investigates the potential and limitations of school meals supplying at the PNAE in Nova Olímpia-MT. Once it is a qualitative research study, its objective was to understand and interpret social characteristics from an accurate subjective perspective. Data collection was carried out by using semi-structured forms applied to Nova Olímpia-MT farmers, who take part in the PNAE program. The aim was to gain an in-depth horticultural capacity understanding of all the farmers involved in the program. The results provided some information which can support managers in the PNAE supply process, public policies guiding, local economic development contribution, farmers' economic sustainability promotion and enable adequate and healthy school nutrition.

Keywords: Family farming, PNAE, food security, local development.



1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil é reconhecido como um dos maiores programas de alimentação escolar da América Latina. Desde sua implementação em 1955, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da alimentação saudável e adequada para os estudantes brasileiros (Turpi, 2009).

Como política governamental, o PNAE tem abrangência nacional e visa fornecer, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais dos estudantes durante o período parcial em que permanecem na escola. Além disso, contribui para a redução dos índices de evasão escolar, promove a formação de bons hábitos alimentares por meio da alimentação balanceada e saudável, e consequentemente, aumenta a capacidade de aprendizagem dos alunos, pois uma alimentação saudável influencia diretamente no funcionamento do sistema nervoso e a capacidade cognitiva. Estudantes bem nutridos têm maior energia, melhor memória e habilidades cognitivas aprimoradas (Soares et al., 2015).

Os recursos para a alimentação escolar estão contemplados no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atender os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas, no período de 200 dias letivos, conforme a modalidade de ensino e de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 02/2023 (BRASIL, 2023).

O financiamento do PNAE é determinado com base no número de alunos matriculados no ano anterior, conforme o censo escolar. O valor transferido é calculado multiplicando-se esse número pelo total de dias de atendimento escolar e pelo valor fixado, que varia conforme a modalidade de ensino: creche, pré-escola, ensino fundamental ou médio, ou ensino integral (FNDE, 2022). Este sistema permite que os recursos destinados à alimentação escolar sejam proporcionais ao número de alunos em cada modalidade, garantindo um financiamento adequado para as necessidades de cada etapa do ensino.

O PNAE tem como finalidade promover o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar. É uma importante política pública para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e promover a agricultura familiar (Brasil, 2013; FNDE, 2009).



A agricultura familiar tem a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que estabelece critérios para a organização social desse setor produtivo.

Dentre suas provisões, estão a utilização de mão de obra familiar, a geração da maior parte da renda por meio da atividade agrícola da família, a presença de membros da própria família como dirigentes das atividades agropecuárias e a extensão máxima de terra permitida para o estabelecimento familiar que é de quatro módulos fiscais (Brasil, 2017) que no caso do município de Nova Olímpia corresponde a 320 hectares.

De forma a favorecer a agricultura familiar, a Lei nº 11.947, de 2009, determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, dispensando o procedimento licitatório por meio de chamada pública (Brasil, 2009).

A Lei Nº 14.660, de 23 de agosto de 2023 (Brasil, 2023), faz alterações no artigo 14 da Lei Nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009), sendo as principais alterações a inclusão de grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar como beneficiárias prioritárias no âmbito do PNAE, bem como traz a exigência de que pelo menos 50% das vendas da família beneficiária sejam realizadas em nome da mulher (Brasil, 2023). Essas alterações visam promover a participação das mulheres na agricultura familiar e garantir que elas tenham acesso a oportunidades no contexto do PNAE (BRASIL, 2023).

A participação dos agricultores familiares como fornecedores de alimentos tem exigências legais e o cumprimento de normas do PNAE, o que requer acesso a informações claras e atualizadas. Isso inclui conhecer os critérios de qualidade dos alimentos como formas de entrega, os prazos cumpridos, entre outros aspectos relevantes (Assis et al., 2017).

O conhecimento dessas questões contribui para a participação efetiva dos agricultores familiares no programa, bem como a garantia da qualidade e segurança alimentar dos estudantes beneficiários (Schneider, 2010).

No entanto, existem dificuldades para que essa comercialização ocorra, dentre as quais: a) a burocracia dos processos licitatórios é um dos principais obstáculos para a participação da agricultura familiar nas compras governamentais (Soares et al.,



2015); b) falta de interesse por parte dos agricultores (Saraiva, 2013) e c) falta de organização dos agricultores em cooperativas ou associações (Motter, 2012); d) dificuldade relacionada à capacitação e orientação dos agricultores sobre os procedimentos e requisitos necessários para participar do programa (Aroucha, 2012); e) falta de infraestrutura para o armazenamento, transporte e processamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar local (Xavier; Mello; Silva, 2023).

Embora o município de Nova Olímpia-MT cumpra com o mínimo obrigatório de 30% de aquisição dos alimentos da agricultura familiar, preconizado pela Resolução de nº 6/2020 (Brasil, 2020), isso foi somente conseguido mediante compra de produtos dos municípios circunvizinhos como Tangará da Serra- MT, indicando que há barreiras a serem vencidas para aumentar a participação dos mercados locais na comercialização via PNAE.

O município possui cinco áreas de assentamentos de reforma agrária. Quanto ao número de escolas com potencial de demanda, Nova Olímpia-MT possui seis escolas públicas municipais, todas localizadas na zona urbana. Já na zona rural, o município mantém uma parceria com o estado para o funcionamento de cinco salas de aula onde estudam aproximadamente 60 alunos. No total, a rede municipal de ensino contava com 2.139 alunos matriculados para o ano letivo de 2023.

Tendo em vista a presença de agricultores da agricultura familiar no município e a demanda por alimentos dessa fonte, somada à baixa comercialização via PNAE, surge o interesse em conhecer as potencialidades e as limitações envolvendo a aquisição de alimentos da agricultura familiar via PNAE no município de Nova Olímpia-MT, considerando como alvo as escolas municipais, as quais possuem sua alimentação fornecida com alimentos da agricultura familiar via PNAE.

Diante disso, a questão da pesquisa é quais as potencialidades e limitações para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos no PNAE da agricultura familiar? O objetivo geral do estudo é analisar as potencialidades e as limitações para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos no PNAE da agricultura familiar em Nova Olímpia-MT. Como objetivos específicos têm-se os seguintes: a) identificar a adesão dos agricultores ao PNAE e, b) subsidiar os gestores quanto ao fomento à comercialização dos horticultores do município.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar social, sendo estas responsáveis por organizar e viabilizar ações governamentais que atendam as necessidades da população. De acordo com Secchi (2013), uma política pública pode ser compreendida como um conjunto de decisões e ações tomadas pelo governo para enfrentar problemas públicos, buscando soluções que impactem positivamente à sociedade.

No Brasil, diversas políticas públicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico como o Sistema Único de Saúde (SUS), Bolsa Família, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE.

Dentro desse contexto, o PNAE se destaca como uma política pública essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional de milhões de estudantes da educação básica no Brasil.

O programa teve sua origem na década de 1940, porém a sua efetivação enfrentou desafios devido à falta de recursos. Apenas na década de 1950, com o desenvolvimento do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, foi possível concretizar essa iniciativa. Em 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106 em 31 de março de 1955 (Brasil, 1955), estabelecendo a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME) sob a supervisão do Ministério da Educação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como finalidade contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 1955).

O programa é financiado com recursos do Governo Federal e oferece, diariamente, pelo menos uma refeição (almoço ou lanche) para os alunos matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e ensino técnico integrado ao ensino médio. A alimentação oferecida deve seguir critérios nutricionais estabelecidos pelo programa e deve ser



preparada com alimentos frescos e saudáveis, de preferência adquiridos de produtores locais (Motter, 2012).

A valorização da cultura alimentar e nutricional local é uma consequência desse programa, promovendo o desenvolvimento das regiões produtoras e incentivando a produção de alimentos no próprio município. Esse processo se fortaleceu a partir do final dos anos 90, quando o Estado e segmentos da sociedade civil passaram a reconhecer os agricultores familiares como uma categoria de trabalhadores, e a criar políticas públicas específicas para a agricultura familiar. Assim, a contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil foi valorizada e incentivada, não apenas para a merenda escolar, mas também para o abastecimento de mercados locais e para a promoção de uma alimentação saudável e sustentável em todo o país. (Ribeiro; Ceratti; Broch; 2013).

A Lei nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009), que regulamenta o PNAE, continha um dispositivo que incentivava a agricultura familiar. De acordo com essa lei, pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE deveriam ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, dispensando o procedimento licitatório por meio de chamada pública. Essa medida tinha o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, promovendo o acesso dos pequenos agricultores ao mercado e garantindo o fornecimento de alimentos de qualidade para as escolas.

No entanto, a Lei Nº 14.660, promulgada em 2023 (Brasil, 2023), traz significativas alterações ao PNAE ao reforçar o compromisso com a agricultura familiar, incluindo grupos formais e informais de mulheres que fazem parte desses segmentos como beneficiárias prioritárias do programa. Além disso, estabelece uma nova exigência que visa promover a igualdade de gênero das mulheres na agricultura em que pelo menos 50% das vendas da família beneficiária devem ser registradas em nome da mulher.

Para aquisição dos produtos da agricultura familiar é realizado o processo de Chamada Pública, que dispensa o procedimento licitatório e garante transparência na seleção dos fornecedores de alimentos. Dessa forma, são evitados intermediários e assegura-se que os produtores rurais recebam um preço justo pelos alimentos fornecidos (BRASIL, 2006).

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar tem sido uma iniciativa importante para a promoção da saúde dos estudantes, além de contribuir



para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável das regiões rurais do país (Triches, 2010).

A Resolução do FNDE nº 38 de 2009 (Brasil, 2009), em consonância com a Lei nº 11.947 (Brasil, 2009), estabelece diretrizes fundamentais para a aquisição de produtos da agricultura familiar no Brasil. A principal motivação por detrás dessa regulamentação é garantir preços justos aos agricultores familiares, promovendo um sistema que não beneficie apenas os produtores rurais, mas também estimular a produção local e a circulação de recursos públicos no âmbito nacional a fim de viabilizar a compra de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar para o PNAE.

A ferramenta utilizada para aquisição dos alimentos da agricultura familiar é a chamada pública (CP), um procedimento administrativo que dispensa a licitação e deve ser previamente solicitado. A CP é projetada para não se tornar uma competição entre os agricultores familiares, mas sim um meio de garantir a aquisição de produtos agrícolas familiares a preços justos (Messias, 2018).

Um aspecto crucial da legislação é a priorização dos agricultores locais, ou seja, aqueles que pertencem ao mesmo município onde os produtos serão adquiridos. Se não for possível atender a essa prioridade, a norma estabelece uma posição de prioridades, que favorece os agricultores do território rural, seguidos pelos agricultores do mesmo estado e, por fim, agricultores de outros estados, se necessário. Isso estimula o estabelecimento de “circuitos curtos de comércio”, promovendo o comércio local e regional, ao invés de centralizar a produção em áreas distantes (Messias, 2018).

As Entidades Executoras são as responsáveis pela execução do programa em suas áreas de atuação, recebendo recursos diretamente do FNDE para essa finalidade. As compras de alimentos podem ser realizadas de forma centralizada pelas secretarias estaduais de educação e prefeituras, ou de forma descentralizada, pelas Unidades Executoras das escolas (Messias, 2018).

É fundamental destacar que as Entidades Executoras têm a responsabilidade de garantir a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar dos alunos, além de monitorar e prestar contas sobre a execução do programa. Essa regulamentação visa não apenas apoiar os agricultores familiares, mas também promover uma alimentação saudável e sustentável nas escolas do Brasil, beneficiando tanto os agricultores



quanto os estudantes. (Soares, 2015).

2.2 COMERCIALIZAÇÃO VIA PNAE

2.2.1 Limitações na Comercialização via PNAE

Os agricultores enfrentam uma série de desafios ao planejar seus projetos de venda sendo o acesso a informações, conhecimentos atualizados, conforme indicado por Aroucha (2012), pode dificultar a identificação de oportunidades e a tomada de decisões. Além disso, as limitações financeiras, de recursos humanos e tecnológicos, podem dificultar o desenvolvimento de estratégias eficazes de vendas, especialmente quando ocorrem atrasos nos pagamentos, que podem impedir o investimento na produção.

A falta de infraestrutura adequada, como estradas pavimentadas, sistemas de transporte e armazenamento refrigerado pode dificultar a distribuição eficiente dos produtos agrícolas. Isso pode resultar em atrasos, perdas de qualidade e maiores custos de transporte, tornando os produtos menos competitivos, acarretando muitas vezes falta de interesse em participar do programa (Motter, 2012).

A ausência de mapeamento e planejamento da produção na agricultura familiar pode ser limitante para o desenvolvimento eficiente e sustentável desse setor. O planejamento adequado da produção é fundamental para otimizar recursos, garantir a viabilidade econômica e maximizar os resultados. Na ausência de um mapeamento adequado, os agricultores familiares podem alocar recursos, mão de obra, sementes e insumos de maneira ineficiente, podendo resultar em desperdício de recursos preciosos e diminuição da produtividade (Saraiva, 2013).

O PNAE estabelece requisitos específicos em relação à qualidade e segurança dos alimentos fornecidos. Alguns agricultores familiares podem enfrentar desafios para se adequarem a essas normas, como a falta de certificações, treinamento adequado em boas práticas agrícolas e acesso a insumos agrícolas de qualidade (Motter, 2012).

O programa exige que os agricultores familiares estabeleçam contratos com as instituições; esses processos burocráticos podem ser complexos e exigir recursos adicionais, como tempo e conhecimento administrativo, que podem ser limitados para muitos agricultores (Tuliende, 2016).



Diante do contexto, outro fator que contribui com as limitações dos agricultores é a diminuição do tamanho das famílias rurais e a falta de interesse dos jovens em continuar nas atividades agrícolas. Isso tem levado a um problema crítico, como o aumento das unidades produtivas comprometidas pela ausência de sucessores, o que torna mais complexa a questão (Abramovay et al., 2001; Matte et al., 2019; Spanevello et al., 2011).

As questões climáticas como secas, inundações e variações extremas de temperatura, podem afetar a produção agrícola, quando muitas vezes, os agricultores têm menos recursos para se adaptar a essas mudanças e implementar práticas agrícolas sustentáveis (Barbosa, 2018).

A assistência técnica e extensão rural desempenha um papel crucial no apoio aos agricultores, fornecendo informações atualizadas e técnicas agrícolas. Quando essa assistência é fraca ou inacessível, os agricultores familiares podem enfrentar dificuldades para melhorar suas práticas (Assis, 2019).

Outro desafio é o acesso ao crédito, considerando que é fundamental para investir em equipamentos, sementes e outros recursos necessários para a produção agrícola. A falta de crédito adequado e acessível pode limitar o crescimento e a produtividade da agricultura familiar (Xavier, 2023).

Para enfrentar esses desafios, é importante que os governos, organizações não governamentais e outros atores relevantes trabalhem em conjunto para oferecer suporte à agricultura familiar (Silva, 2024).

2.2.2 Benefícios na Comercialização via PNAE

A aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para atender aos alunos da rede pública de ensino vai além do simples preparo de refeições. Essa prática traz consigo benefícios, dentre os quais a promoção do desenvolvimento local sustentável. O aumento da frequência de frutas, verduras e legumes no cardápio é uma prática para promover uma alimentação saudável e equilibrada, uma maneira de receber produtos frescos é por meio da agricultura familiar (Triches, 2010).

Ao participar do PNAE, uma das vantagens para os agricultores familiares que vendem diretamente ao programa, é a possibilidade de obter os melhores preços pelos seus produtos, estabelecendo um preço mínimo para a compra da produção,



garantindo uma remuneração justa e evitando a exploração dos produtores, buscando assim promover a produção local (Hespanhol, 2013).

A proximidade entre a produção e o consumo é uma estratégia importante para promover uma maior relação entre o campo e a cidade; essa abordagem, conhecida como circuito curto de produção e consumo, busca reduzir a distância entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, permitindo que os alimentos sejam cultivados localmente e cheguem frescos às mesas das pessoas, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico local, gerando renda e emprego nas áreas rurais (Saraiva, 2013).

A inclusão de alimentos típicos e tradicionais nas refeições escolares traz benefícios significativos, isto é, fortalece a identidade cultural dos alunos, permitindo que eles conheçam e se orgulhem das raízes e sabores que fazem parte da sua história. Essa prática contribui para a preservação do patrimônio gastronômico e estimula o respeito às tradições locais (Aroucha, 2012).

Para entregar produtos conforme as especificações, é essencial que os agricultores tenham processos de controle de qualidade, isso envolve a implementação de procedimentos e verificação durante todas as etapas do processo de produção, a fim de identificar e corrigir qualquer desvio em relação às especificações. Além disso, é importante estabelecer uma comunicação clara com o nutricionista para entender suas necessidades e garantir que todas as expectativas sejam atendidas (Ribeiro; Ceratti; Broch, 2013).

Pesquisas realizadas por Freitas et al. (2012), indicam a importância das políticas públicas na promoção do desenvolvimento sustentável das áreas rurais e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Nesse sentido, Maluf (2004), Guilhoto et al. (2006), Sangalli (2013) e Schlindwein (2013) enfatizam a importância da agricultura familiar como um setor fundamental para o desenvolvimento sustentável, a estabilidade econômica das áreas rurais e a promoção do bem-estar social. Destacam a necessidade de políticas e apoio governamental para fortalecer a agricultura familiar e confirmar seu papel vital na construção de um futuro rural mais próspero e sustentável.

2.3 GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS



A falta de conhecimento adequado sobre gestão administrativa pode levar os produtores a cometerem erros na tomada de decisões financeiras, como: investimentos inadequados, falta de controle de custos e desperdícios, dificuldade em estabelecer preços justos para seus produtos, entre outros (Queiroz; Zuim, 2006).

Com o surgimento no século XX, a chamada administração rural tinha a função de demonstrar como as técnicas agrícolas poderiam ser viáveis em relação à economia. A administração rural é uma parte da ciência administrativa que analisa as metodologias administrativas que ocorrem nas organizações rurais, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio da promoção de práticas que minimizem os impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade (Arruda, 2013). A gestão rural envolve a aplicação de técnicas de planejamento, organização, controle e monitoramento das atividades agrícolas, pecuárias e florestais, com o objetivo de maximizar a produção, reduzir custos, aumentar a rentabilidade e garantia (Melo et al., 2021).

Um bom administrador deve possuir habilidades específicas, conhecimento técnico e ser capaz de utilizar princípios, técnicas e ferramentas administrativas de forma eficiente; deve ter a capacidade de tomar decisões e resolver problemas de forma eficaz, o que requer habilidades analíticas e de resolução de conflitos (Rodrigues, 2006).

A habilidade de lidar com pessoas é também essencial, incluindo a capacidade de se comunicar de forma eficiente, negociar, conduzir mudanças, obter cooperação e solucionar conflitos; ter uma visão sistêmica e global da estrutura da organização (Rodrigues, 2006).

Uma gestão sustentável não apenas beneficia o meio ambiente, mas também pode gerar vantagens competitivas e agregar valor ao produto final, conquistando a preferência dos consumidores que buscam produtos mais saudáveis e responsáveis. (Hermes, 2017).

Para superar essa falta de conhecimento administrativo, é importante que os agricultores familiares busquem capacitação e conhecimento específico na área de gestão financeira (Queiroz; 2006).

Um produtor de sucesso precisa ter uma visão clara dos objetivos a longo prazo do seu empreendimento, e como alcançá-los. Isso envolve o planejamento cuidadoso das atividades agrícolas, investimentos e desenvolvimento sustentável.



O Planejamento é essencial na gestão de empreendimentos rurais. Isso inclui o planejamento de cultivos, criação de animais, alocação de recursos e cronogramas (Sznitowski, 2021).

2.4 GESTÃO DO PNAE

O processo de concretização da alimentação escolar envolve diversos atores conforme descrito na figura 1. O FNDE coordena e transfere recursos para as entidades executoras (EEx), além de planejar, criar normas e monitorar o programa. O Conselho da Alimentação Escolar (CAE) exerce o controle social representando a comunidade escolar. Além do CAE, outros atores incluem nutricionistas, educadores nas escolas e, no centro de todo o processo, os alunos, que são o foco principal do programa e o motivo para todo o esforço em garantir uma alimentação escolar saudável e adequada.

As EEx incluem prefeituras, secretarias estaduais de educação e escolas/institutos federais, que são responsáveis pela execução do PNAE. Suas tarefas incluem: fornecer educação alimentar e nutricional escolar (EAN), prestar contas dos recursos do PNAE, bem como empregar recursos do orçamento próprio (FNDE, 2022).

Em 2006, o PNAE passou a exigir a participação de nutricionistas como responsáveis técnicos, embora a inclusão formal desses profissionais tenha ocorrido em 2009 (Brasil, 2009). A contratação dos nutricionistas é feita pelas entidades executoras (EEx) responsáveis pela execução do PNAE, que podem ser estados, municípios ou escolas federais.

A função do nutricionista nas escolas públicas, conforme a resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) N° 465 (2010), é garantir a oferta de uma alimentação saudável aos alunos. Essa função envolve assegurar que a alimentação oferecida nas escolas seja balanceada, respeitando a cultura, tradições e hábitos alimentares de cada região. O planejamento das refeições não se baseia apenas em valores nutricionais, mas também na combinação apropriada dos alimentos.

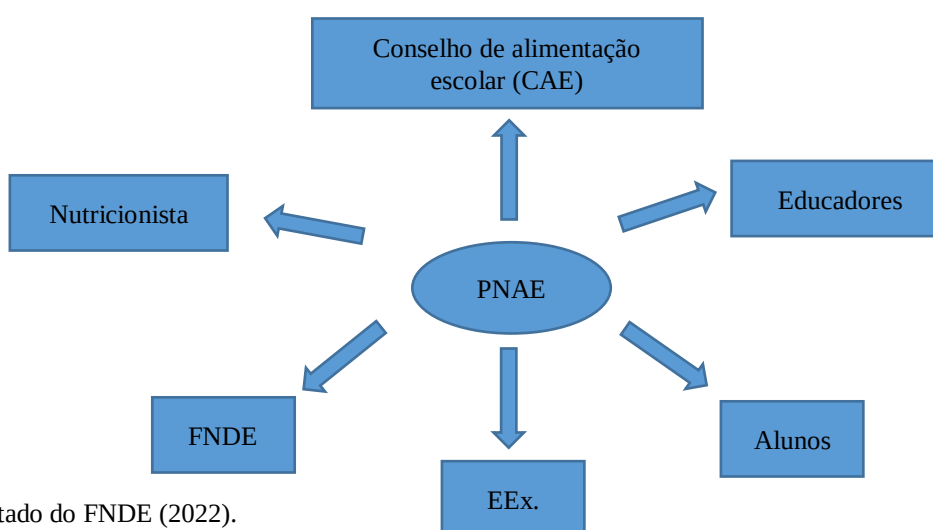
Para garantir a eficácia deste processo, os nutricionistas conduzem uma série de atividades. Entre elas estão o treinamento de merendeiras, visitas às escolas para inspecionar a estrutura da cozinha e garantir a manipulação adequada dos alimentos.



Além disso, eles realizam testes de aceitabilidade para verificar se os alunos gostam da comida, acompanham o peso e a altura dos alunos para monitorar sua saúde, e ajustam os horários conforme as necessidades da escola.

Os nutricionistas também fazem adaptações nos cardápios para alunos com alergias, intolerâncias ou necessidades alimentares especiais, como: doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Além disso, consideram as especificidades culturais de comunidades indígenas e quilombolas, ao planejar as refeições escolares (Brasil, 2023).

Figura 1. Atores envolvidos na execução do PNAE/ FNDE.



Fonte: adaptado do FNDE (2022).

O PNAE tem caráter suplementar, como previsto pela Constituição Federal, no artigo 208, inciso VII. Para financiar o programa, o FNDE realiza 08 repasses anuais às EEx, mas esses recursos são considerados insuficientes para a gestão completa da alimentação escolar. Portanto, é necessário que as EEx complementem o orçamento com recursos próprios para permitir a aquisição dos alimentos necessários e garantir o funcionamento do programa nas escolas (Brasil, 2024).

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).

A sustentabilidade tem ganhado destaque em vários setores, especialmente na agricultura e no agronegócio devido ao uso intensivo da terra. Por isso, é fundamental que as escolas integrem abordagens sobre sustentabilidade no currículo,



principalmente em disciplinas como Geografia. Essa abordagem deve incluir pesquisas e atividades didáticas para promover uma educação que apoie a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A agricultura é uma prática que reflete a relação entre sociedade e natureza, pois ela está vinculada à expansão humana e à modificação do espaço. O manejo da terra é um fator chave para as transformações espaciais, especialmente no contexto do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1997; Elias, 2007).

A agricultura familiar é crucial para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), o setor abrange 4,4 milhões de unidades produtivas, representando cerca de 84% dos estabelecimentos rurais no país. Além disso, a agricultura familiar responde por 70% dos alimentos da cesta básica dos brasileiros (SEAD, 2020).

O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que a agricultura familiar é fundamental para a economia em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Ela representa cerca de 40% da renda da população economicamente ativa no país e emprega mais de 70% dos trabalhadores rurais (IBGE, 2020). No mesmo, foi identificado que o município de Macaíba, no Rio Grande do Norte, tinha 943 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 18.036 hectares, usados para vários tipos de produção agrícola e pecuária (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 mostra que a agricultura familiar é fundamental para a economia em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, essa forma de agricultura responde por 40% da renda da população economicamente ativa no país e emprega mais de 70% dos trabalhadores rurais (IBGE, 2020).

Segundo Albuquerque (2008), a agricultura sustentável é um sistema produtivo de alimentos, fibras e agroenergia que assegura a manutenção de recursos naturais e a produtividade agrícola a longo prazo, com o mínimo de impactos negativos ao meio ambiente. Esse sistema também busca atender às necessidades humanas de alimentos e renda, além de abordar as necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

3 METODOLOGIA



Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, a qual envolve a coleta de dados descritivos e subjetivos por meio de entrevistas, observações ou outras técnicas de pesquisa qualitativa Bardin (2011). Essa abordagem permite compreensão abrangente e profunda dos fenômenos examinados. Segundo Minayo (1994), ao considerar o aspecto qualitativo do objeto, o foco é nas pessoas em uma determinada condição social, pertencentes a um grupo social específico ou classe, juntamente com suas crenças, valores e significados.

A coleta de dados qualitativos foi conduzida no município de Nova Olímpia-MT, de 2 a 5 de julho de 2024, com agricultores familiares participantes da chamada pública de 2023, ou que aderiram nos últimos nove anos. O levantamento dos contratos foi realizado no departamento específico da prefeitura municipal de Nova Olímpia-MT, no qual constatou-se que treze agricultores tinham contrato no período de 2014 - 2023, mantendo suas propriedades no município. Esses foram categorizados em dois grupos, com base nos perfis descritos no Quadro 1.

Essa análise documental possibilitou a categorização dos agricultores, oferecendo *insights* para compreender as dinâmicas da participação no (PNAE) em Nova Olímpia-MT.

Quadro 1- Perfis dos grupos de agricultores familiares com contrato no período de 2014 a 2023.

Grupos	Perfil dos Agricultores.	Técnica / instrumento de coleta
1º	Agricultores de Nova Olímpia inseridos atualmente no PNAE – Contratos vigentes 2023.	Entrevista/ roteiro
2º	Agricultores de Nova Olímpia que já aderiram ao PNAE – Contratos no período de 2014 a 2022.	Entrevista/ roteiro

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A pesquisa de campo, conforme descrita por Lakatos (2017) permite observação direta de fatos e fenômenos em seu contexto natural, ou seja, como eles ocorrem espontaneamente. Ao escolher a pesquisa de campo, o pesquisador vivencia os eventos que está estudando para uma compreensão mais profunda de sua origem e contexto. Além de coletar dados, interage e convive com o objeto de estudo, proporcionando autenticidade e precisão na interpretação dos fatos. Essa abordagem prática confere veracidade aos resultados da pesquisa, pois o pesquisador tem experiência direta com o ambiente e as situações em análise.



Cada pesquisa requer uma metodologia própria e técnicas específicas para a coleta de dados. Andrade (2009) ressalta que, uma vez definidos os métodos de pesquisa, as técnicas a serem utilizadas devem ser selecionadas conforme o objetivo do estudo. Isso significa que a escolha das técnicas deve estar alinhada com o propósito e a abordagem da pesquisa, garantindo que os dados obtidos sejam relevantes e eficazes para alcançar os resultados desejados.

Os formulários preenchidos por entrevistadores têm várias vantagens, como versatilidade, podendo ser usados em diversos segmentos da população, sendo o preenchimento feito pelo entrevistador, facilitando a coleta de dados, mesmo entre analfabetos ou grupos heterogêneos. A interação pessoal durante a entrevista permite criar relação de confiança entre o pesquisador e o entrevistado. Além disso, a presença do pesquisador possibilita esclarecer dúvidas, explicar os objetivos da pesquisa e ajudar no preenchimento do formulário (Andrade, 2009).

A flexibilidade do formulário permite ao entrevistador adaptar as perguntas conforme necessário, resultando em dados mais complexos e úteis. Além disso, a presença do pesquisador contribui para obter número representativo de entrevistados em determinado grupo.

Aos participantes foi assegurado que suas informações pessoais e respostas das entrevistas foram confidenciais. A identidade de cada agricultor foi preservada ao longo de todo o processo.

Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa antes da realização das entrevistas. A escolha de quem responderia às perguntas ficou a critério do agricultor que era representado por procuração no momento do contrato.

Os agricultores foram contatados previamente para agendamento das entrevistas.

A entrevista semiestruturada seguiu roteiro baseado nos quadros 2 e 3 quanto aos aspectos sobre as limitações e os benefícios dos agricultores ao venderem para o PNAE, advindos do aporte teórico utilizado nesta pesquisa e que fundamentaram o roteiro para coleta de dados apresentado no Apêndice A.

O roteiro foi dividido em 3 blocos, sendo: bloco 1: Perfil dos Respondentes; bloco 2: Limitações para vender ao PNAE e bloco 3: Benefícios de vender ao PNAE.



Quadro 2- Limitações na comercialização via PNAE

Autores	Limitações
Aroucha (2012)	Elaboração do projeto de venda e questões burocráticas referentes ao processo de chamamento público. Dificuldade na continuidade das operações e a entrega dos produtos devido aos atrasos nos pagamentos.
Motter (2012)	Falta de interesse na comercialização por diversos motivos.
Saraiva (2013)	Ausência de mapeamento e planejamento da produção.
Tuliende (2016)	Estabelecimento de contrato.
Porrua et al. (2020)	Cumprimento da legislação sanitária atual dificulta a inclusão de produtos da AF.
Abramovay et al., (2001), Matte et al., (2019), e Spanevello et al., (2011)	Diminuição do tamanho das famílias rurais e a falta de interesse dos jovens em continuar nas atividades agrícolas.
Barbosa e Bezerra (2018) Aroucha(2012) e Rodrigues et al., (2017)	A dificuldade em apresentar a documentação exigida; A falta de informação dos agricultores em relação ao PNAE; Quantidade insuficiente de gênero alimentício para a demanda solicitada; Alimentos abaixo do valor de mercado; Deficiência em relação às infraestruturas existentes para a produção, o armazenamento e a distribuição; Condições climáticas.
Xavier; Mello e Silva (2023)	Dificuldades para o produtor rural, com variações climáticas, planejamento e gestão, logística e armazenagem; Dificuldades para obter crédito.
Soares et al., (2015)	Dificuldades estruturais da cooperativa; Dificuldades climáticas para a produção de alimentos; Manutenção da regularidade de oferta; Dificuldades de atendimento aos padrões de qualidade;
Grisa (2010)	Mercantilização da agricultura, interfere na produção para autoconsumo.
Sacco (2003)	"Reconversão forçada" dos agricultores e sua transição do poli cultivo para o monocultivo, levando à preparação produtiva e ao abandono da produção para autoconsumo.
Vieira (2007)	Tomada de decisão dos agricultores de quais espécies cultivar está relacionada à rusticidade, domínio de técnicas de cultivares e demanda de mercado.
Torres et al., (2011)	Como problemas para o fornecimento pelos agricultores familiares ao PNAE a oscilação e defasagem de preços.
Baccarin et al., (2017)	Periodicidade, número de locais para entrega e preço não estavam presentes em um grande número de chamadas públicas, o que desestimula os agricultores a participarem pela incerteza se o processo é compensatório ou não.



Triches e Schneider (2012)	Desafios para cumprir os requisitos de qualidade e normas sanitárias permitidas para a produção e comprovação de produtos agro industrializados.
----------------------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A venda para o PNAE representa um importante benefício para os agricultores familiares proporcionando não apenas a estabilidade econômica, mas também o fortalecimento social e cultural das comunidades rurais. Através de um processo de compra simplificado, que substitui os complexos processos licitatórios anteriores, os agricultores têm acesso a um mercado garantido e previsível, o que contribui para a regularidade de suas vendas. Além disso, essa proximidade entre a produção e o consumo fortalece a relação entre o campo e a cidade, valorizando a cultura alimentar local e incentivando a inclusão de alimentos típicos e tradicionais na alimentação escolar. Dessa forma, o PNAE não só melhora a qualidade de vida dos agricultores, como também promove hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, gerando benefícios para todos os setores envolvidos.

Quadro 3 - Benefícios na comercialização via PNAE.

Autores	Benefícios
Triches; Schneider, (2010)	A aproximação entre a produção e o consumo por meio da compra da agricultura pelo PNAE traz benefícios econômicos e sociais para todos os setores envolvidos.
Hespanhol, (2013)	Garantia de venda regular e previsível para seus produtos.
Saraiva, (2013)	Proximidade da relação campo-cidade, contribuindo para maior qualidade de vida e renda local.
Aroucha, (2012)	Valorizar a cultura alimentar local e incentivar a inclusão de alimentos típicos e tradicionais.
Ribeiro; Ceratti; Broch, (2013)	Entrega de produtos conforme as especificações.
(Chaves et al., 2009)	Hábitos alimentares saudáveis, como as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local.
Assis, (2019)	Garantia de mercado para os produtos da agricultura familiar; Criação de novos mercados a partir do fornecimento para esses programas; Fortalecimento das organizações da agricultura familiar; Resgate e fortalecimento da prática e produtos tradicionais e regionais; Melhoria da alimentação tanto para produtores quanto para os beneficiários das instituições atendidas; Diversificação e o aumento da produção.



Brasil, (2009)	Compras realizadas da agricultura familiar se dão a partir de chamadas públicas. Esse é um avanço para a política, pois os processos licitatórios anteriormente adotados eram mais complexos, o que causava dificuldades para a participação da agricultura familiar.
(Freitas et al., 2012)	Desenvolvimento sustentável das áreas rurais e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.
Maluf (2004), (Guilhoto et al. 2006); Sangalli e Schlindwein, (2013)	Estabilidade econômica da área rural.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O Quadro 4 descreve o protocolo de pesquisa utilizado, fornecendo uma visão detalhada e estruturada de todas as etapas e procedimentos envolvidos na condução da pesquisa. Serve como um guia abrangente para os pesquisadores, delineando desde o planejamento inicial até a análise dos resultados e a redação do relatório final.

O protocolo de pesquisa ajuda na consistência e precisão da condução do estudo. Ao descrever os métodos e técnicas a serem empregados, ajuda a minimizar vieses e erros, além de facilitar a replicação do estudo por outros pesquisadores.

Quadro 4- Quadro de Protocolo da pesquisa

Problema	Objetivo geral	Objetivos específicos	Construtos/ conceitos associados aos objetivos	Instrumentos de coleta de dados	Resultados esperados
Quais as Potencialidades e Limitações para o abastecimento da Alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos no PNAE da agricultura familiar no município de Nova Olímpia?	Analisar as Potencialidades e limitações para o abastecimento da Alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos no PNAE da agricultura familiar.	a) Identificar a Adesão dos agricultores ao PNAE no município; b) Subsidiar os gestores quanto ao fomento a comercialização dos horticultores do município.	Aroucha (2012). Agricultura familiar: oportunidades e desafios. Saraiva (2013). Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE Porrua et al., (2020). Gestão no PNAE Soares et al. (2015) Potencialidad	Roteiro de entrevista semiestruturado	Informações que subsidiem os gestores quanto ao processo de abastecimento no PNAE e direcionar políticas públicas.



			es dificuldades para abasteciment o da alimentação escolar		
--	--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2023).

3.1 COLETA DE DADOS

Os participantes da pesquisa foram agricultores familiares com contratos vigentes ou anteriores com o PNAE do município de Nova Olímpia-MT, totalizando 13 agricultores. Dos 13 agricultores, 3 mudaram de cidade, 1 faleceu e 1 agricultor que vendia por procuração optou por não participar. Portanto, foram entrevistados 8 agricultores.

Após a realização das entrevistas, os dados foram transcritos dos formulários para o Google Forms para facilitar a análise. A categorização prévia dos contratos permitiu uma análise mais detalhada das dinâmicas de participação no PNAE, oferecendo insights valiosos para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes na área.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo adotou a metodologia de Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2011) para investigação das potencialidades e limitações para o abastecimento da alimentação escolar no PNAE no município de Nova Olímpia/ MT.

A Análise de Conteúdo é uma técnica qualitativa que visa explorar, compreender e interpretar o conteúdo das comunicações de maneira sistemática e objetiva. Essa técnica parte do pressuposto de que as mensagens contêm significados que podem ser analisados e interpretados para revelar informações sobre as percepções, atitudes, valores e contextos sociais dos emissores.

Dessa forma, a Análise de Conteúdo permite extrair padrões, temas e significados subjacentes aos dados, oferecendo uma compreensão mais profunda e abrangente do fenômeno estudado.

Existem diferentes abordagens e etapas na realização da Análise de Conteúdo, mas geralmente envolve a organização e categorização dos dados, a identificação de temas e padrões recorrentes, a interpretação e contextualização dos resultados. É



uma técnica flexível que pode ser adaptada de acordo com o contexto da pesquisa e dos objetivos do estudo.

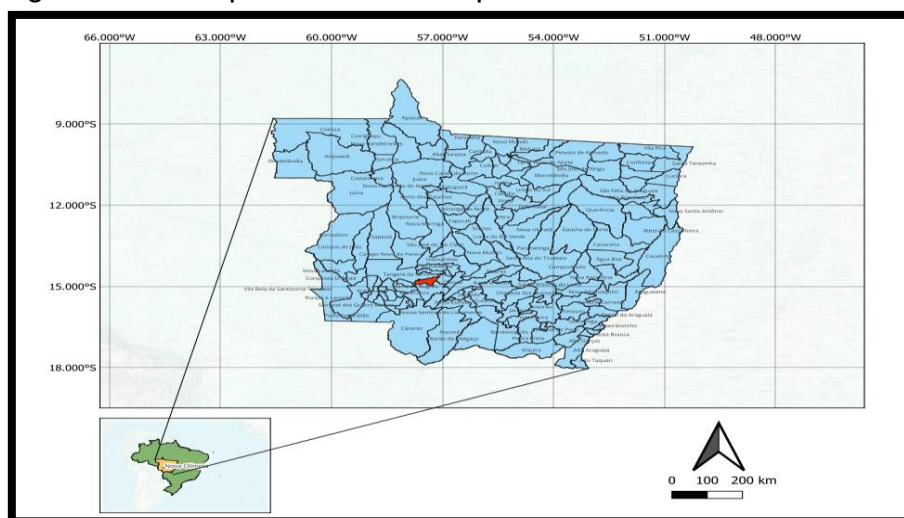
Na etapa de análise dos dados referentes aos benefícios da comercialização no âmbito do PNAE, utilizou-se a ferramenta ChatGPT como apoio complementar na organização e interpretação das respostas obtidas. O objetivo foi facilitar a identificação de padrões nas respostas, uma vez que muitos entrevistados forneceram relatos semelhantes.

É importante destacar que a ferramenta foi empregada apenas como um suporte na estruturação das informações, sem substituir a análise crítica do pesquisador. Todas as respostas foram cuidadosamente revisadas e comparadas com os dados brutos da pesquisa, garantindo fidelidade às percepções dos entrevistados. Desta forma, o uso do ChatGPT serviu unicamente para melhorar a categorização dos dados, sem comprometer a integridade da análise realizada.

3.3 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida no município de Nova Olímpia/ MT, com agricultores (quadro 01), conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2: Município de Nova Olímpia-MT no contexto intermunicipal de Mato Grosso.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Nova Olímpia é um município de Mato Grosso, com extensão de 1.549,8 km² e com população de 16.352 pessoas, perfazendo a densidade demográfica de 12,32 habitantes por km² (Brasil, 2024). Faz limite com municípios de Denise, Tangará da



Serra e Barra do Bugres. Situado a 204 metros de altitude, tendo como coordenadas geográficas de referência: 14° 47' 2" de Latitude: Sul e 57° 17' 47" de Longitude Oeste. Segundo a Prefeitura Municipal de Nova Olímpia (sd) o município possui as culturas de cana-de-açúcar, arroz, extrativismo vegetal como milho e feijão. A pecuária de corte, cria e recria, tem importante desempenho na região.

O município foi criado através da Lei Estadual nº 4.996, de 13 de maio de 1986, com a denominação de Nova Olímpia. O termo "Nova" foi acrescentado para distinguir o município mato-grossense do município paulista de Olímpia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo "assentamento" surgiu no contexto da Reforma Agrária venezuelana em 1960 e se espalhou para outros países. Esses assentamentos rurais são uma criação agrícola resultante de políticas governamentais para reorganizar o uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (Bergamasco; Norder, 1996).

Essas políticas visam proporcionar acesso à terra, promover a agricultura familiar e combater a concentração de terras, contribuindo para o desenvolvimento rural e a redução da desigualdade social.

O município de Nova Olímpia possui cinco assentamentos rurais (INCRA, 2016) que se destacam por desafios à sua sustentabilidade econômica devido às políticas agrícolas históricas, são eles: Hortêncio Borges (Riozinho), Vale do Sol (Paloma), Rio Branco, Usiel Pereira e Nova Conquista. Embora tenham pouca representatividade no mercado financeiro, são cruciais na economia nacional, produzindo alimentos para autoconsumo e comercialização. No entanto, frequentemente sofrem com preços desfavoráveis e não alcançam resultados esperados. As avaliações dos próprios assentados destacam a necessidade de políticas mais eficazes para garantir sua viabilidade econômica e sustentabilidade.

Quadro 5: Capacidade e Famílias Assentadas nos Projetos de Assentamentos (Pa) rurais no município de Nova Olímpia-MT.

Assentamento	Capacidade	Famílias assentadas
Pa Riozinho	71	66
Pa Vale do sol	52	48
Pa Rio branco	90	85



Pa Usiel Pereira	59	57
Pds Nova Conquista	68	67

Fonte: INCRA (2016).

4.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O PNAE é uma das mais importantes políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes da educação básica no Brasil. Financiado pelo FNDE, o PNAE tem como objetivo garantir a oferta de refeições saudáveis e adequadas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

No contexto dessa política, é fundamental compreender como os recursos financeiros são repassados e utilizados ao longo dos anos, pois isso impacta diretamente a capacidade do programa de atingir seus objetivos. O quadro a seguir fornece uma visão detalhada sobre o repasse e a utilização dos recursos pelo FNDE no PNAE entre 2014 e 2022 no município de Nova Olímpia-MT, destacando as dinâmicas financeiras envolvidas na operacionalização desse importante programa.

Quadro 6: Repasses e utilizações de recursos pelo FNDE de 2014 a 2023.

Anos	Repassse realizado	Repassse utilizado com agricultura familiar	(%) utilizado
2014	226.404,00	36.030,92	16,00
2015	220.024,00	70.088,68	32,00
2016	228.433,88	68.927,12	30,17
2017	230.574,00	91.114,06	39,52
2018	217.762,00	75.588,72	34,71
2019	222.216,00	119.335,39	53,70
2020	240.251,00	65.954,23	27,45
2021	243.040,60	110.553,65	45,49
2022	197.020,00	145.018,55	73,61

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Entre os anos de 2014 e 2022, o FNDE realizou repasses anuais destinados à alimentação escolar, com uma exigência de que, no mínimo, 30% desses recursos fossem utilizados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Ao analisar os dados, observamos que essa meta foi alcançada em sete dos nove anos avaliados: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022. Nestes anos, o percentual de aquisição com a agricultura familiar variou entre 30,17 % e 73,61%.



Por outro lado, em dois anos, 2014 e 2020, o percentual não atingiu a meta estipulada, ficando entre 16,00% e 27,45%, respectivamente.

4.2 GESTÃO PRODUTIVA

Para compreender a diversidade alimentar oferecida pelo PNAE entre 2021 e 2023, é importante comparar a produção de alimentos fornecidos por agricultores de diferentes regiões. A seguir, apresentamos um quadro que ilustra os tipos de alimentos cultivados por produtores de Nova Olímpia-MT e por outros municípios durante o período mencionado. Esta comparação permite identificar as semelhanças e diferenças na oferta de alimentos, destacando quais produtos são mais comuns em cada região e como esses dados podem influenciar o abastecimento escolar.

Quadro 7: Comparação de produção de alimentos por produtores de outros municípios e de Nova Olímpia-MT (2021 a 2023).

Alimentos produzidos por produtores de outros municípios de 2021 a 2023	Alimentos produzidos por produtores de Nova Olímpia-MT de 2021 a 2023
Abacaxi	Abacaxi
Abóbora (brasileira, cabotiã)	Agrião
Banana maçã e nanica	Abóbora (brasileira, cabotiã)
Banana terra (comprida)	Acerola
Batata doce	Alface
Berinjela	Alho
Caju	Almeirão
Cará	Caju
Inhame	Cará
Laranja	Banana maçã e nanica
Limão	Cheiro verde (cebolinha, salsinha, coentro)
Mamão formoso	Couve manteiga
Mamão papaia	Hortelã
Mandioca	Limão
Mandioca processada	Mamão formoso
Manga	Melancia
Maracujá	Mandioca
Melancia	Rúcula
Milho	Tangerina
Pepino	Vagem



Pimentão verde	
----------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A produção de alimentos por produtores de outros municípios em comparação aos produtores de Nova Olímpia-MT durante o período de 2021 a 2023 do quadro 7, várias questões produtivas e de desenvolvimento local emergem, tais como: a) diversidade da produção agrícola: o quadro revela uma ampla variedade de alimentos produzidos tanto por produtores de outros municípios quanto por produtores de Nova Olímpia-MT; esta diversidade é fundamental para garantir a segurança alimentar, promover uma dieta saudável e fornecer oportunidades econômicas para os agricultores locais; b) potencialidades e especializações locais: a comparação entre os alimentos produzidos mostra que cada região pode ter suas próprias potencialidades e especializações; c) integração regional e cadeia produtiva: a existência de alimentos produzidos em outras regiões sugere a integração da cadeia produtiva, onde Nova Olímpia-MT pode estar importando certos produtos de outras áreas para complementar sua produção local ou atender à demanda do mercado; d) fomento à agricultura local: identificar os alimentos que são produzidos localmente pode ser crucial para promover o desenvolvimento econômico e sustentável da região; e) sustentabilidade e autossuficiência: a análise dessa produção também levanta questões sobre a sustentabilidade e a autossuficiência alimentar.

4.3 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE COMERCIALIZAM VIA PNAE

O perfil dos agricultores familiares que participaram da pesquisa para o PNAE revela uma diversidade tanto em termos demográficos quanto sociais e econômicos. Esses produtores vêm de diversas comunidades, com maior concentração nos assentamentos Rio Branco e São José, ambos com 25% dos entrevistados. Outras comunidades, como Assentamento Riozinho, Comunidade Paulista, Comunidade Pé da Serra e Gleba Encanto, têm uma participação mais equilibrada, cada uma representando 12,5% dos entrevistados.

Uma análise da faixa etária dos entrevistados mostra uma predominância de agricultores mais velhos, com idades que variam de 36 a 77 anos e uma média de 59 anos. A faixa etária acima de 69 anos representa 37,5% da amostra. As faixas etárias de 36-46 anos e 47-57 anos também são bem representadas, cada uma com 25%



dos entrevistados, enquanto a faixa de 58-68 anos tem uma participação menor, com 12,5%.

Em termos de estado civil, a maioria dos agricultores é casada (62,5%), o que sugere uma estabilidade familiar que pode ser um fator positivo na gestão das propriedades agrícolas. A presença de 25% de agricultores solteiros e 12,5% de viúvos também oferece uma visão sobre a diversidade das estruturas familiares no campo. Não há registros de agricultores divorciados ou separados entre os entrevistados.

Quanto à distribuição de gênero, 50% dos entrevistados são homens e 50% sendo mulheres. Esse equilíbrio de gênero sugere uma equitativa de ambos os sexos na atividade agrícola, o que é um aspecto positivo para a promoção da igualdade de oportunidades no meio rural.

4.3.1 Perfil socioeconômico

O estudo foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro dedicado ao perfil socioeconômico dos produtores rurais. Foram coletados dados sobre escolaridade, composição familiar, tempo de permanência nas propriedades e participação familiar na produção agrícola. No quadro 8 apresenta-se o perfil dos respondentes.

Quadro 8: Perfil socioeconômico dos respondentes

Nível de escolaridade	
Escolaridade	Percentual (%)
Sem escolaridade	37,5
Ensino Fundamental	25
Ensino Médio	25
Ensino Superior	12,5
Total	100
Pessoas na Propriedade	
1 a 3	50
4 a 7	37,5
8 a 10	12,5
Total	100
Tempo na propriedade	
Menos de 5 anos	25



Mais de 11 nos	75
Total	100
Responsável pela produção	
Pai	50
Mãe	12,5
Família	37,5
Total	100
Filhos que permanecerão na propriedade	
Sim	75
Não	25
Total	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No quadro 8, observam-se as seguintes características: a) Nível de escolaridade: 37,5% dos respondentes não possuem escolaridade; b) Pessoas na propriedade: na maioria das propriedades (50%) é composta por 1 a 3 pessoas; c) Tempo na propriedade: a maioria, 75% dos produtores estão há mais de 11 anos; d) Responsável pela produção: na maioria, o pai é o principal responsável pela produção em 50% dos casos; e) Intenção dos filhos de permanecer na propriedade: a maioria, 75% dos filhos pretendem permanecer na propriedade.

4.3.2 Principais Olerícolas Cultivadas

Foi identificado o que os agricultores analisados produzem, sendo as principais olerícolas listadas na Tabela 1, sendo elas: berinjela, pimentão, cará, caju, cupuaçu, tamarindo, almeirão, rúcula, aração, tomate, tomate cereja, abacaxi, alface, couve manteiga, mandioca, manga, melancia, maxixe, abobrinha, rúcula, quiabo, jiló, pimenta de cheiro, limão, ponkan, mamão, maracujá, cebolinha, abóbora, banana maçã, banana nanica, acerola.

Os itens mais produzidos pelos agricultores analisados, correspondendo a 37,5% e 50% da produção, são alimentos diversificados e nutritivos. Entre eles estão: abobrinha, rúcula, quiabo, jiló, pimenta de cheiro, limão, ponkan, mamão, maracujá, cebolinha, abóbora, banana maçã, banana nanica e acerola. A ampla aceitação de frutas como a banana, juntamente com hortaliças como a abóbora e temperos como a cebolinha, garante que as refeições sejam não só nutritivas, mas também saborosas, aumentando a adesão dos alunos ao cardápio escolar. Além disso, essa



diversificação permite uma maior flexibilidade na elaboração dos cardápios, aproveitando a sazonalidade dos alimentos, o que pode reduzir custos e favorecer o consumo de produtos regionais e frescos, alinhados às diretrizes de sustentabilidade do PNAE. Esses alimentos são importantes para garantir refeições equilibradas e variadas no PNAE, atendendo bem às necessidades nutricionais dos alunos.

Tabela 1: Principais Olerícolas Cultivadas

Olerícola	Percentual (%)
Berinjela, pimentão, cará, caju, cupuaçu, tamarindo, almeirão, rúcula, araquá, tomate cereja, abacaxi.	12,5
Alface, couve manteiga, mandioca, manga, melancia, maxixe.	25
Abobrinha, rúcula, quiabo, jiló, pimenta de cheiro, limão, ponkan, mamão, maracujá.	37,5
Cebolinha, abóbora, banana maçã, banana nanica, acerola.	50

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No quesito priorizar o que vai produzir, a maioria 62,5% dos agricultores prioriza a produção para venda e autoconsumo, 25% produzem para autoconsumo e venda e somente 12,5% para autoconsumo. Nenhum deles produz exclusivamente para venda, como mostra o quadro 9.

Quadro 9: Prioridades na produção

Prioridades	Percentual (%)
Autoconsumo e venda	25
Venda e autoconsumo	62,5
Autoconsumo	12,5
Venda	0
Não produz	0

Fonte: dados da pesquisa (2024).

4.4 COMERCIALIZAÇÃO VIA PNAE

4.4.1 Limitações na Comercialização via PNAE

A seguir, será apresentado o Bloco 2 com dados sobre as limitações e



benefícios percebidos pelos agricultores para comercializar seus produtos por meio do PNAE.

Para tanto, os dados coletados foram agrupados nas categorias: vendas, produção, burocracia e gestão, tanto para limitações quanto para benefícios, e são apresentadas no apêndice B as Limitações, e no apêndice C os benefícios na comercialização do PNAE deste trabalho.

Com base nos dados mencionados no quadro 01 do apêndice B, que trata das limitações dos produtores relacionadas às vendas em julho de 2024, observa-se que os agricultores que comercializam produtos para o PNAE, no que diz respeito a “atrasos nos pagamentos” disseram não ter. Diferente do que foi apontado por Arouca (2012) que identificou limitação devido a atrasos nos pagamentos.

Sobre a questão de “desistir de comercializar via PNAE”, a maioria (62,5%) dos agricultores participantes expressou intenção de continuar a comercializar. Esse resultado difere do encontrado por Motter e Theo (2012) que apontaram a falta de interesse em comercializar, atribuída a diversos fatores. A pesquisa que realizaram apontou que 37,5% dos agricultores consideraram desistir da negociação via PNAE, citando as seguintes razões: atividades interrompidas pela pandemia, não cumprimento dos prazos, problemas de saúde posteriores, falta de interesse, dentre outros.

No que se refere aos "preços dos produtos vendidos" estando de acordo com o valor pago pelo mercado, a maioria dos agricultores (87,5%) afirma que os preços praticados pelo PNAE estão em conformidade com o mercado. Esse resultado em sua maioria diverge do que afirmam Barbosa e Bezerra (2018). No entanto, para a minoria dos produtores analisados, 12,5% mencionam em determinados momentos, que os preços pagos pelo PNAE são inferiores aos praticados no mercado.

Quanto à dificuldade em "atender à qualidade exigida" dos produtos, todos os agricultores afirmaram não enfrentar problemas nesse aspecto. Esse resultado contrasta com o estudo realizado por Soares et al. (2015) que constataram dificuldades de atendimento aos padrões de qualidade na comercialização via PNAE.

Em relação à “variação de preços” dos produtos vendidos ao PNAE, a maioria (62,5%) dos agricultores concorda que os preços estão de acordo com o valor de mercado. Esse resultado difere da situação encontrada por Torres et al. (2011) por



identificarem problemas no fornecimento ao PNAE, como a oscilação e defasagem de preços.

Quanto ao “local para entrega de produtos” e à “divulgação dos preços” nas chamadas públicas, todos os agricultores participantes consideraram esses aspectos como favoráveis. Entretanto, o estudo realizado por Baccarin et al. (2017) apontaram que a falta de periodicidade, a ausência dos locais para entrega e a falta de clareza nos preços em muitas chamadas públicas desestimulavam a participação dos agricultores. Essa incerteza quanto à compensação financeira do processo levou à redução do interesse em comercializar via PNAE.

Por fim, quanto à questão de se sentir “seguro e motivado na venda ao PNAE”, todos os agricultores afirmaram que sim. As principais razões incluem a garantia de que tudo o que é plantado será colhido e comercializado, proporcionando uma renda estável. Eles destacam a confiabilidade e a organização do programa, além de considerarem o PNAE como um dos melhores projetos implementados pelo governo.

A segurança de ter um mercado garantido, com pagamentos assegurados, contribui para manter o interesse e a motivação dos agricultores. Essas razões estão em consonância com o estudo de Baccarin et al. (2017), que também confirma a importância desses fatores no sucesso do programa.

O quadro 2 do apêndice B trata das limitações dos produtores relacionadas à produção em julho de 2024. No que diz respeito à “dificuldade na produção”, 50% dos agricultores afirmaram enfrentar desafios. As principais dificuldades mencionadas foram: a falta de mão de obra, especialmente diante de um aumento no volume de trabalho, problemas no início do ano agrícola e a necessidade de ajustar a produção para atender à demanda. Esses desafios são corroborados pelos estudos de Abramovay et al. (2001), Matte et al. (2019) e Spanevello et al. (2011), que identificaram como limitantes a redução do tamanho das famílias rurais e a falta de interesse dos jovens em continuar nas atividades agrícolas, resultando na redução da mão de obra disponível. Além disso, alguns agricultores mencionaram problemas de saúde que afetaram sua capacidade de produção, entregando em quantidades insuficientes.

Em relação ao “atendimento à demanda”, 75% dos agricultores afirmam que a quantidade de alimentos produzidos é suficiente. No entanto, 25% afirmaram dificuldades em manter uma oferta constante. As principais razões para essas



difficultades incluem a insuficiência de produção em determinados momentos e o fato de que, mesmo com o planejamento, isso nem sempre é suficiente para atender à demanda total. Considerando o apontado pela maioria, o resultado difere que cita Aroucha (2012), uma vez que identificou limitação no atendimento à demanda, sendo essa uma das principais barreiras.

Quanto à "infraestrutura para a produção", a maioria dos agricultores (87,5%) afirma que é adequada, especialmente em relação ao armazenamento e à distribuição de alimentos. Por outro lado, 12,5% indicam que, embora possuam infraestrutura própria, outros agricultores da região enfrentam dificuldades, especialmente na distribuição dos produtos. Esses agricultores mencionam a ausência de transporte coletivo, como os caminhões que anteriormente recolhiam os alimentos de vários produtores. Os dados referentes aos agricultores locais não são similares aos do estudo realizado por Barbosa e Bezerra (2018), que citaram deficiências na infraestrutura existente para a produção, armazenamento e distribuição de alimentos.

Quanto às "condições climáticas", a maioria (87,5%) relatou enfrentar dificuldades, especialmente durante períodos de seca. Dentre os principais problemas mencionados está a dificuldade de manter a produção, mesmo com irrigação, devido aos custos operacionais. Por outro lado, 12,5% dos agricultores não tiveram dificuldades. Isso vai ao encontro do relatado por Silva (2020), apontando o fator climático, principalmente a escassez de chuvas, como uma limitação para a produção agrícola.

Em relação ao "transporte dos produtos e armazenamento", a maioria dos agricultores (87,5%) não sofreu dificuldades, enquanto 12,5% enfrentaram esse problema. Diferente situação foi observada por Xavier, BGS; Mello, LHM; Silva, NCS (2023), que identificaram limitações no transporte e armazenamento dos alimentos produzidos.

Sobre os "produtos produzidos" para comercialização, incluem frutas e hortaliças. Entre as principais estão: cajá manga, limão do Pará, acerola, manga, cajú, ponkan, cará, mandioca, banana comprida, banana maçã, banana prata, além de hortaliças como rúcula e almeirão.

Por fim, no que se refere à "decisão do que plantar", 37,5% dos produtores baseiam-se nas suas escolhas no domínio técnico, optando por cultivar produtos com os quais já possuem experiência e conhecimento prático. No entanto, 62,5%



consideram outros aspectos, como: a) a demanda e a qualidade dos produtos, priorizando investimentos com boa acessibilidade no mercado; b) decisões familiares sobre o que plantar, levando em conta a facilidade de venda e a capacidade de entrega; c) experimentos individuais com pequenas dimensões para testar as previsões antes de expandir a produção; e d) a ausência de assistência técnica, o que obriga os agricultores a aprenderem de maneira autônoma e a testarem diferentes cultivos com base na adaptação ao solo e nos resultados anteriores. Nota-se que esses dados corroboram com Vieira (2007), pois apontam que a tomada de decisão dos agricultores sobre o que cultivar se relaciona à rusticidade, ao domínio de técnicas de cultivo e à demanda de mercado. A diversidade de fatores considerados pelos agricultores na hora de decidir o que plantar reflete a complexidade do ambiente agrícola e a necessidade de se adaptar às condições locais e às preferências dos consumidores.

O quadro 3 do apêndice B trata das limitações dos produtores relacionadas à burocracia em julho de 2024. Quanto às “dificuldades para participar do processo de venda” e à “execução do contrato de venda”, todos afirmaram não enfrentar problemas. Diferente do estudo proposto por Barbosa e Bezerra (2018), que identificou dificuldades na apresentação da documentação exigida para a participação no processo.

Em relação aos “requisitos sanitários”, a maioria dos agricultores (75%) não apontou dificuldades. No entanto, alguns desafios relacionados à legislação e à documentação para a comercialização de produtos processados, como polpas de frutas, que não puderam ser vendidos devido a restrições impostas por regulamentações. Por outro lado, 25% dos agricultores indicaram que tiveram dificuldades para atender a esses critérios. O estudo realizado por Triches e Schneider (2012) identifica desafios semelhantes no cumprimento dos requisitos de qualidade e das normas sanitárias aplicáveis para a produção e a comprovação de produtos agro industrializados.

Por fim, quanto à “documentação exigida”, a maioria dos agricultores (87,5%) relatou não enfrentar dificuldades. No entanto, para 12,5% tiveram dificuldades relacionadas: a) dificuldades na comercialização da mandioca descascada, que não puderam ser vendidas ao PNAE devido à ausência de documentação adequada; b) desafios iniciais ao ingresso no programa, com a redução das dificuldades após a



resolução dos entraves iniciais; c) barreiras ligadas à documentação de produtos processados, como polpas de frutas; e d) a ausência de registros locais, como o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que impede a participação devido à falta do registro necessário. Esses resultados são consistentes com os apontamentos de Barbosa e Bezerra (2018), que identificaram dificuldades na apresentação da documentação necessária.

O quadro 4 do apêndice B trata das limitações dos produtores relacionadas à gestão em julho de 2024. Com base nos dados apresentados sobre a gestão, em relação ao "Planejamento", 50% dos agricultores afirmaram que planejam o quê, quanto e quando produzir. Esses agricultores revelam diferentes abordagens ao planejamento da produção: algumas tentativas de escalar o plantio para garantir colheitas contínuas, adotando práticas semanais em estufas; outros aprenderam por conta própria e contam com o apoio do parceiro para planejar o planejamento; há aqueles que fazem testes antes de implementar novas práticas e algumas que utilizaram com segurança no passado para manter a produção estável. No entanto, 50% dos agricultores não realizaram planejamento, isso de acordo com Saraiva (2013), é um fator limitante, o que reforça a necessidade de os agricultores adotarem práticas de planejamento estruturadas. O planejamento eficaz é fundamental para otimizar recursos, maximizar a produção e garantir a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Quanto à “disponibilidade de mão de obra para a produção”, 50% dos agricultores afirmaram que o número de pessoas em suas propriedades é suficiente. Por outro lado, os demais consideraram a mão de obra insuficiente. As justificativas apresentadas incluem a sobrecarga de trabalho e a dificuldade na contratação de trabalhadores temporários, mesmo oferecendo pagamento diário. Além disso, destaca-se que a produção é, na maioria das vezes, realizada pelo próprio agricultor, com apoio esporádico de familiares. A falta de mão de obra, como afirma Delgado (2017) se deve à limitação na sucessão geracional, com tendência ao esvaziamento rural e à falta de mão de obra na agricultura, situação enfrentada por muitos agricultores.

Em relação à “presença de jovens na propriedade”, 50% dos agricultores afirmaram ter jovens em suas propriedades, enquanto os outros 50% não. Entre os que possuem jovens, a maioria (75%) declarou que esses jovens não têm intenção de



permanecer na área rural. As principais razões apresentadas incluem: o desejo de se dedicar à outras atividades, a preferência por continuar os estudos e a falta de interesse no trabalho rural. Isso já fora citado por Abramovay et al. (2001), Matte et al. (2019) e Spanevello et al. (2011), diante da diminuição do tamanho das famílias rurais e a escassez de jovens que desejam seguir o legado agrícola de seus pais.

Quanto ao “acesso às informações sobre o PNAE”, todos os agricultores afirmaram ter informações suficientes. Esse resultado contrasta com o que foi observado no estudo de Barbosa Gomes e Bezerra de Amorim (2018), no qual a falta de informação dos agricultores em relação ao PNAE foi considerada um entrave na comercialização dos alimentos.

Em relação ao “acesso ao financiamento”, todos os agricultores afirmaram já ter obtido crédito, sendo que a totalidade desse financiamento foi obtida por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Quanto às “dificuldades ao acesso ao crédito”, 25% dos agricultores indicaram enfrentar obstáculos. As principais dificuldades apontadas para o acesso ao crédito incluem: a necessidade de apresentar projetos, a falta de assistência técnica e de organização da documentação, uma vez que muitos ainda não pagaram o terreno. Por outro lado, 75% dos agricultores afirmaram não enfrentar dificuldades no acesso ao crédito. Esses agricultores destacaram que sempre pagaram suas obrigações em dia e utilizam o crédito principalmente para a pecuária. No entanto, esse achado contrasta com a pesquisa realizada por Xavier, BGS; Mello, LHM; e Silva, NCS (2023), que observou como limitação as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para obter crédito.

Por fim, quanto à “participação em cooperativa”, nenhum dos agricultores participa.

O quadro abaixo apresenta uma síntese das limitações identificadas pelos produtores que comercializavam via PNAE, considerando os aspectos relacionados à venda, produção, burocracia e gestão.

Quadro 10: Resumo das Limitações Relacionadas ao PNAE (julho de 2024)

Categoria	limitações	Porcentagem (%)
Venda	Consideraram desistir de comercializar via PNAE	37,5
	Preços baixos no mercado	12,5



	Variação de preços em desacordo com o mercado	37,5
Produção	Dificuldades na produção	50
	Dificuldade em atender a demanda	25
	Infraestrutura de produção deficitária	12,5
	Impacto das condições climáticas (seca)	87,5
	Dificuldades de transporte e armazenamento	12,5
	Falta de domínio técnico sobre o que plantar	37,5
Burocracia	Dificuldades com requisitos sanitários	25
	Dificuldades com documentação relevante	12,5
Gestão	Falta de planejamento adequado	50
	Mão de obra insuficiente	50
	Jovens sem intenção de permanecer no campo	50
	Dificuldades para obter crédito	25
	Nenhuma participação em cooperativa	0

Fonte: dados da pesquisa (2024).

4.4.2 Benefícios na Comercialização via PNAE

Nesta parte referente do terceiro bloco do formulário da entrevista, os dados se referem aos benefícios percebidos pelos agricultores ao comercializar seus produtos com o PNAE. O Apêndice C traz os dados agrupados nas categorias: venda, produção, burocracia e gestão dos benefícios percebidas pelos produtores

Com base nos dados apresentados no quadro 5 do apêndice C, trata-se dos benefícios dos produtores relacionadas à venda em julho de 2024. Os “benefícios da venda” envolvem uma contribuição significativa para a renda familiar. Os agricultores afirmaram que comercializar com o PNAE proporciona uma renda estável e satisfatória, o que permite não apenas manter a propriedade, mas também realizar investimentos. Essa situação já foi citada por Triches e Schneider (2010) como favorável, uma vez que a aproximação entre a produção e o consumo, por meio da compra da agricultura pelo PNAE, traz benefícios econômicos e sociais para todos os setores envolvidos. A interação entre produtores e consumidores é fundamental para o fortalecimento da economia local e beneficia tanto os agricultores quanto as instituições que adquirem os produtos.

Em relação à beneficiar a "família", a comercialização para o PNAE é considerada uma relevante fonte de renda complementar que contribui expressivamente para o orçamento familiar. Essa renda adicional possibilita a compra



de itens essenciais, como roupas e calçados para os filhos, além de garantir uma alimentação saudável para toda a família. Nesse sentido, Kageyama e Hoffmann (2007) citam a importância da geração de renda para suprir as necessidades básicas das famílias, destacando como a inserção em programas como o PNAE contribui para o bem-estar e a segurança alimentar dos agricultores e suas famílias.

Para os "compradores" dos produtos, especialmente as escolas, um dos principais benefícios é a oferta de alimentos de qualidade, frescos e nutritivos. Esses alimentos são fundamentais para atender às necessidades nutricionais dos alunos, promovendo um ambiente escolar mais saudável. A aquisição de produtos frescos não só melhora a qualidade da alimentação nas escolas, mas também impacta positivamente na saúde e no desempenho dos estudantes. Além disso, a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE contribui para oferecer uma alimentação saudável e adequada, respeitar a cultura e as tradições locais, e formar hábitos alimentares saudáveis como citam (CHAVES et al., 2009).

Quanto à "regularidade da venda", todos os agricultores afirmaram que a venda regular e previsível de produtos agrícolas traz diversos benefícios. Essa certeza permite um melhor planejamento financeiro, possibilitando investimentos em melhorias, como estufas e poços, além de aumentar a produtividade. Esse fato foi constatado por Hespanhol (2013), pois a garantia de venda regular e previsível dos produtos fornecidos é um dos principais benefícios da venda via PNAE.

Quanto à "proximidade de quem compra", todos confirmam que isso oferece diversas vantagens: a) produtos entregues a distâncias menores chegam em melhores condições, preservando sua qualidade; b) a redução da distância para a entrega resulta em menores custos logísticos, aumentando o lucro; c) mesmo quando a distância é maior, os agricultores relatam que não enfrentam dificuldades e conseguem manter a qualidade dos produtos. Tal fato foi também citado por Saraiva (2013) quanto a proximidade entre o campo e a cidade contribui não apenas para a qualidade de vida, mas também para o aumento da renda local, confirmando a relevância desse fator para o sucesso na comercialização via PNAE.

Sobre a "inclusão de alimentos locais" na merenda escolar, todos concordam com a importância. Essa prática garante a entrega de produtos de qualidade e durabilidade que muitas vezes não estão disponíveis nas casas dos alunos. A proximidade entre produção e consumo permite que os alimentos cheguem mais



rapidamente às escolas, mantendo a sua frescura e qualidade. Nesse sentido, Aroucha (2012) destaca a importância de valorizar a cultura alimentar local e incentivar a inclusão de alimentos típicos e tradicionais.

Em relação à "venda dos produtos da agricultura no PNAE", todos os agricultores confirmaram que essa prática oferece benefícios para a agricultura familiar. As principais razões apontadas incluem: a geração de renda para os produtores, a oferta de alimentos saudáveis para os alunos, a garantia de venda de tudo o que é plantado e o consequente aumento da renda. No entanto, alguns produtores enfrentam desafios relacionados à documentação e à logística de entrega, fatores que podem restringir a participação de alguns agricultores. O entedimento de Assis (2019) reforça esses achados, pois menciona que a venda ao PNAE não apenas garante um mercado seguro para os produtos da agricultura familiar, mas também promove a criação de novos mercados, fortalece as organizações desse setor, resgata e valoriza produtos tradicionais e regionais, e melhora a alimentação tanto para os produtores quanto para os beneficiários das instituições atendidas. Além disso, a venda via PNAE contribui para a diversificação e o aumento da produção, fortalecendo economicamente as famílias agricultoras e o desenvolvimento local.

Por fim, quanto à "venda para o PNAE contribui para melhorar a qualidade de vida" dos produtores e os manter no campo, todos afirmaram que o programa tem um impacto positivo, sendo um dos motivos a renda adicional, o que favorece os produtores a permanecerem na atividade agrícola. Essa renda estável, com a comercialização via PNAE, permite investimentos na produção e, para alguns produtos definidos, as vendas para o programa permite que se dediquem exclusivamente à agricultura. A melhora da qualidade desse tipo de agricultor foi contatada também por Freitas et al. (2012).

Com base nos dados apresentados no quadro 6 do apêndice C, trata-se dos benefícios dos produtores relacionadas à produção em julho de 2024. Quanto ao "benefício da entrada de produtos conforme as especificações pedidas", todos os agricultores concordam que essa prática facilita o processo de entrega e permite melhor preparação e planejamento da produção, garantindo que os agricultores consigam atender a demanda. Esse aspecto foi também citado por Ribeiro, Ceratti e Broch (2013), os quais destacam o benefício do conhecimento prévio das demandas do mercado ser facilitador no processo de comercialização, melhorando tanto o



planejamento quanto a eficiência das entregas.

Sobre “você acredita de que os produtos fornecidos ao PNAE trazem hábitos de alimentação saudáveis e melhoram a alimentação”, todos concordam. Os argumentos incluem a inclusão de alimentos variados e desconhecidos que permite a introdução de novos itens e o consumo de alimentos saudáveis e frescos. Isso também possibilita o acesso a alimentos que não estão disponíveis em casa, como legumes, que são oferecidos na escola. Fato esse destacado por Chaves et al. (2009) quanto a importância dos hábitos alimentares saudáveis, incluindo as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local, confirmando o que foi apontado na pesquisa.

Por fim, no que se refere à “venda para o PNAE, que contribui para diversificar e aumentar a produção”, todos concordam que o PNAE incentiva os agricultores a diversificarem sua produção, aumentando a oferta de alimentos e explorando novas variedades de cultivo. A renda gerada permite reinvestimentos nas propriedades, financiando a expansão e a introdução de novos produtos no mercado. Além disso, o programa motiva a busca por melhorias nas práticas agrícolas e na qualidade dos produtos. Essa constatação converge com Assis (2019) de que a diversificação e o aumento da produção são alguns dos benefícios da comercialização via PNAE.

Com base nos dados apresentados no quadro 7 do apêndice C, trata-se dos benefícios dos produtores relacionados à burocracia em julho de 2024. Em relação ao “processo de compra do PNAE por chamadas públicas favorece a participação”, todos os agricultores concordam. A possibilidade de participar em futuras chamadas públicas incentiva o engajamento contínuo dos agricultores no programa, enquanto o suporte oferecido ajuda a esclarecer dúvidas e orientar sobre os requisitos. Além disso, o ambiente de discussão aberto entre os envolvidos permite que os agricultores expressem suas preocupações e obtenham respostas para os desafios que enfrentam.

Apesar dos benefícios, alguns agricultores ainda encontram dificuldades relacionadas à documentação exigida, o que pode restringir sua participação. Contudo, o estudo de Brasil (2009), destaca que o modelo de compras por chamadas públicas representa um avanço significativo para a política de compras da agricultura familiar, uma vez que os processos licitatórios anteriormente utilizados eram mais complexos e dificultavam a participação dos pequenos produtores. Dessa forma, as



chamadas públicas tornaram-se um instrumento crucial para garantir a inclusão da agricultura familiar no fornecimento ao PNAE, promovendo uma maior participação e facilitando o acesso ao programa.

Com base nos dados apresentados no quadro 8 do apêndice C, sobre os benefícios dos produtores relacionados à gestão em julho de 2024, no quesito “vender para o PNAE cria novos mercados”, todos concordam que sim. Citam como benefício a garantia de demanda estável para os produtos cultivados, assegurando a comercialização. Além disso, ao fornecer alimentos para as escolas, os produtores se tornam mais conhecidos, ampliando suas oportunidades de negócios com outros consumidores. O programa fortalece a economia local, gerando renda adicional e desenvolvendo o mercado agrícola da comunidade, ao mesmo tempo que abre um novo canal de venda, além dos tradicionais, diversificando as formas de comercialização. Esses dados convergem com a afirmação de Assis (2019) de que a criação de novos mercados a partir do fornecimento para esses programas é um benefício importante, corroborando com os apontamentos da pesquisa realizada.

Sobre o “fortalecimento da agricultura familiar”, todos concordam e citam como motivo a fonte adicional de renda que contribui para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Além disso, essa venda oferece uma base econômica que fortalece e promove o crescimento da agricultura familiar, garantindo a sua continuidade. Assis (2019) também identificou o resgate e fortalecimento das práticas e produtos tradicionais e regionais, confirmando a importância da comercialização no contexto da agricultura familiar.

Por fim, em relação à questão de “manter a renda na área rural”, todos os agricultores concordam que o PNAE desempenha um papel crucial nesse aspecto. Destacam que a comercialização dos produtos por meio do programa é essencial para garantir uma fonte estável de recursos financeiros, o que contribui para a continuidade das atividades agrícolas. Além disso, o PNAE facilita o acesso a mercados que, de outra forma, poderiam ser mais difíceis de alcançar, especialmente diante de obstáculos como a falta de documentação adequada ou infraestrutura deficiente. Os agricultores também ressaltam que essa estabilidade financeira não só permite investimentos em novas culturas e práticas agrícolas, mas também proporciona segurança para a contratação de mão de obra e melhorias nas condições de vida e



produção. Isso, por sua vez, fortalece a economia rural como um todo, garantindo um ciclo positivo de crescimento e desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais.

Os estudos de Maluf (2004), Guilhoto et al. (2006) e Sangalli e Schlindwein (2013) corroboram com os resultados observados, ao indicarem que a estabilidade econômica proporcionada pela venda regular para programas como o PNAE é um benefício fundamental para os agricultores, garantindo não apenas a manutenção da renda, mas também o fortalecimento das dinâmicas sociais e econômicas nas áreas rurais.

O quadro abaixo apresenta uma síntese dos benefícios identificados pelos produtores que comercializavam via PNAE, considerando os aspectos relacionados à venda, produção, burocracia e gestão.

Quadro 11: Resumo dos Benefícios Relacionadas ao PNAE (julho de 2024)

Categoria	Benefícios	Porcentagem (%)
Venda	Fonte de renda estável e investimentos em propriedade	100
	Complementação de renda para itens essenciais	100
	Oferta de alimentos frescos e nutritivos para escolas	100
	Regularidade da venda facilita planejamento financeiro	100
	Proximidade com o comprador reduz custos logísticos	100
	Inclusão de alimentos locais preserva a cultura alimentar	100
	Diversificação e aumento da produção agrícola	100
	Melhoria na qualidade de vida dos agricultores	100
Produção	Melhor planejamento para atender à demanda	100
	Incentivo a hábitos alimentares saudáveis nas escolas	100
	Estímulo à diversificação de culturas e ampliação da produção	100
Burocracia	Chamada pública facilita a participação no PNAE	100
Gestão	Abertura de novos mercados para os agricultores	100
	Fortalecimento da agricultura familiar	100
	Manutenção de renda na área rural	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da pesquisa indagou: “quais as potencialidades e limitações para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos no PNAE da agricultura familiar no município de Nova Olímpia-MT? Nesse sentido, as potencialidades como a segurança de mercado e a proximidade com os consumidores têm demonstrado que o PNAE atua como um elo vital entre a produção rural e o consumo local, promovendo tanto a economia quanto a qualidade alimentar. Além disso, o programa contribui para a valorização da agricultura.

Entretanto, foram também identificadas limitações como: a falta de mão de obra, os desafios burocráticos e sanitários, a baixa sucessão familiar, a infraestrutura e logística impõem barreiras ao pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo PNAE.

Com a análise dos dados coletados, evidenciamos que os objetivos específicos definidos ao longo da pesquisa foram atingidos com sucesso. O Primeiro objetivo específico era identificar a adesão dos agricultores ao PNAE e o segundo, subsidiar os gestores quanto ao fomento à comercialização dos horticultores do município.

Em relação ao primeiro objetivo específico, os dados revelam uma percepção amplamente positiva do programa entre os produtores locais. A pesquisa mostrou que a adesão ao PNAE é considerada uma oportunidade estratégica para manter a estabilidade financeira e garantir um mercado seguro para a venda dos produtos agrícolas. Todos os agricultores consultados destacaram o PNAE como um dos principais canais de comercialização. No entanto, os obstáculos burocráticos para a adesão, como a necessidade de cumprir requisitos sanitários e de documentação, ainda constituem um entrave para uma parcela significativa dos produtores, limitando a amplitude de participação no programa.

Quanto ao segundo objetivo específico, que visava subsidiar os gestores no fomento à comercialização dos horticultores do município, a pesquisa revelou dados importantes sobre as dificuldades que limitam o crescimento e desenvolvimento do programa, sendo as principais limitações relatadas: a infraestrutura de transporte e armazenamento. Além disso, a capacitação técnica dos agricultores em práticas de manejo, embalagem e armazenamento adequado dos produtos torna-se essencial para melhorar a eficiência e a qualidade das entregas ao PNAE.



Dessa forma, os dados analisados ao longo deste estudo fornecem uma base para que os gestores municipais possam desenvolver estratégias e políticas públicas direcionadas, que não apenas incentivem a comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas também fortaleçam os agricultores locais e a alimentação escolar.

O estudo encontrou algumas limitações, principalmente porque foi restrita a um município e reflete as particularidades de Nova Olímpia, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras regiões com realidades agrícolas diferentes. A questão da infraestrutura e logística também revelou um ponto sensível, onde mais detalhes poderiam contribuir para uma melhor compreensão das necessidades dos agricultores em relação ao armazenamento e transporte de produtos.

A pesquisa trouxe uma visão detalhada sobre as potencialidades e limitações da comercialização de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE em Nova Olímpia, ressaltando sua importância como agente de desenvolvimento rural e segurança alimentar. Esse estudo contribuiu ao destacar como o PNAE proporciona uma fonte de renda estável e sustentável para os agricultores familiares, incentivando práticas de cultivo sustentável e promovendo hábitos alimentares saudáveis na rede pública. Também forneceu dados que podem subsidiar a formulação de políticas públicas, visando fortalecer a infraestrutura local, simplificar processos burocráticos e incentivar a continuidade da agricultura familiar.

Para pesquisas futuras, sugiro ampliar o escopo para incluir um estudo comparativo com outros municípios, o que ajudaria a entender melhor a variabilidade nas dificuldades e nas potencialidades encontradas pelos agricultores no PNAE. Outra recomendação é realizar uma análise longitudinal que acompanhe o impacto do programa ao longo do tempo, possibilitando observar mudanças no envolvimento dos agricultores e a evolução da infraestrutura local. Além disso, investir em pesquisas focadas na sucessão familiar e no engajamento dos jovens na agricultura familiar, promovendo a permanência das novas gerações no campo.



6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. 2001.

AGAPTO, João Paulo et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 13-21, abr. 2012.

AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa, 2008. v. 2.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AROUCHA, E. P. T. L. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de oportunidades e de desafios. 2012.

ARRUDA, L. Administração e economia rural. São Paulo: Instituto Formação, 2013.

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. do C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.02292015>. Acesso em: 19 maio 2024.

ASSIS, T. R. de P.; FRANÇA, A. G. de M.; COELHO, A. de M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. 2019.

BACCARIN, J. G.; TRICHES, R. M.; TEO, C. R. P. A.; SILVA, D. B. P. Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, p. 103-122, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1.

BIAZOTI, A. R.; LEÃO, V. O. P.; BURALLI, R. J.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. *Estudos Avançados*, v. 35, p. 189-208, 2021.



BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE atualiza normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnae?start=40>. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE atualiza normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/RESOLUOCD_FNDEN7DE2DEMAIODE2024RESOLUOCD_FNDEN7DE2DEMAIODE2024DOUImprensaNacional.pdf. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. Planejamento de cardápios para a alimentação escolar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesoainformacao/acoeseoprogramas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/planejamentode-cardapios-para-aalimentacao-escolar>. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 3 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956. Dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Lei 14.660, de 9 de agosto de 2023. Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% da venda da família será feita no nome da mulher. Diário Oficial da União, 10 ago. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação - FNDE. Caderno de compras da família para o PNAE. 1ª ed. - atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 06/2020. Brasília, 2022.



BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha Nacional de Alimentação Escolar*. Brasília, DF: FNDE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 18 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis de nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Diário Oficial da União, 2 abr. 1955.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. Desafio Online, Campo Grande, v. 2, n. 2, mai./ago. 2014.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

DE MELO, D. M. et al. A importância da gestão rural e da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. Revista GeTeC, v. 10, n. 31, 2021.

DE PAULA RIBEIRO, AL; CERATTI, S.; BROCH, DT Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista GEDECON - Gestão e Desenvolvimento em Contexto, v. 1, pág. 36-49, 2013.

DELGADO, Guilherme Campos. A desconstrução do conceito de agricultura familiar no Brasil. Estudos Avançados, [S. l.], v. 21, n. 59, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000100003>. Acesso em: 19 maio 2024.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FRANCO, L.; BELIK, W.; ALVES, R. M. de A. A compra da agricultura familiar para a alimentação escolar na microrregião de Pato Branco. Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 347-359, abr./jun. 2017.

GODOI, E. P.; MATTOS, L. S. M.; BERGAMASCO, S. M. P. PNAE: uma avaliação do Programa de Alimentação Escolar em Presidente Prudente-SP. Revista Brasileira



de Educação, v. 23, e230047, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230047>. Acesso em: 19 maio 2024.

GADOTTI, M. A globalização e seus impactos na agricultura familiar. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, SAB; DE AMORIM, LB Agricultura familiar: importância e dificuldades da inserção na alimentação escolar na microrregião de Picos–PI. Pesquisa Agro, v. 1, pág. 39-48, 2018.

GOMES, L. F. S.; ROSADO, P. L. Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no município de Santa Rosa - RS. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2016. Anais [...]. 2016.

GOULART, N. A. da S. et al. Agricultura familiar no Brasil: Desafios, políticas públicas e o papel do PNAE. Revista Agriculturas, v. 5, n. 4, p. 88-103, 2022.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.

GUILHOTO, J.; ICHIHARA, SM; SILVEIRA, FG; AZZONI, CR Comparação entre o agronegócio familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil. Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 9-36, 2006.

HERMES, Ana Paula Anzileiro. Processos de gestão em microempresas rurais: um estudo multicascos. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1848>. Acesso em: 20 de outubro 2024.

HESPAÑHOL, RADM Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Sociedade & Natureza, v. 469-483, 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. (2016). Colonização e reforma agrária: tabela com módulos fiscais dos municípios. www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal

JANCZURA, Eliana S. Práticas de gestão ambiental em propriedades de agricultura familiar no Estado do Paraná. 2021.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza, segurança alimentar e saúde no Brasil. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.

LAKATOS, Eva. Métodos Científicos: Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2017.

LIMA, G. M.; ABREU, L. S. de. Gestão rural e sustentabilidade em pequenas propriedades. 2022.



MACHADO, J. F. Desafios para o acesso ao mercado institucional da agricultura familiar em municípios mineiros. 2019.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segurança alimentar e nutricional e a agricultura familiar. Brasília: Embrapa, 2013.

MALUF, R. S. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: Avanços e desafios. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MALUF, RSJ Mercados agroalimentares e agrícolas familiares no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, v. 1, pág. 299-322, 2004.

MANHANI, K. R. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Agricultura Familiar (AF) para alimentação escolar em um município paulista. 2014.

MARZOLIN, Guilherme Luiz; MARZOLIN, Jéssica Moreira. A produção agrícola familiar em Goiás. 2017.

MATTE, A.; SPANEVELLO, RM; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (Des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 1, 2019.

MESSIAS, LS *A chamada pública como alternativa à licitação: seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 2018.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MOLINA, M. C. Agricultura familiar e alimentação escolar: articulação entre produção e demanda por alimentação saudável. 2017.

MOTTER, A.F.; TEO, C.R.P.A. Agricultura familiar: desafios e dificuldades na aproximação com o programa nacional de alimentação escolar. In: Congresso Virtual Brasileiro - Gestão, Educação e Promoção da Saúde, 1., 2012, Brasília. Anais... Brasília: Convibra, 2012.

NIEDERLE, P. A. Desafios da produção sustentável na agricultura familiar. 2018.

OPENAI. ChatGPT. Disponível em: <https://www.openai.com/chatgpt>. Acesso em: 15 outubro 2024.



PILAR, R. dos S. S. et al. A importância da gestão rural e da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. *Revista Verde*, v. 15, n. 2, p. 12-21, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA. História. Disponível em: <https://www.novaolimpia.mt.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 05 fev. 2025.

QUEIROZ, T. R.; ZUIN, L. F. S. *Agronegócios, gestão e inovação*. São Paulo: Saraiva, 2006

ROCHA, C. M.; RODRIGUES, S. S. A relação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar em municípios do sul do Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2021.

SÁ, S. S.; JÚNIOR, A. A.; DE FREITAS, A. F.; DE FREITAS, A. F. A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). *Revista Espacios*, v. 38, n. 46, p. 1-14, 2017.

SANGALLI, AR; SCHLINDWEIN, MM A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul - Brasil. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 3, pág. 82-99, 2013.

SANTOS, A. M. Agricultura familiar e segurança alimentar no Brasil: políticas públicas e desafios. *Revista Agropecuária Técnica*, v. 45, n. 1, p. 7-16, 2024.

SARAIVA, EB; SILVA, APF; SOUZA, AA; CERQUEIRA, GF; CHAGAS, CMS; BERTOLIN, MNT Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER, S. A. Transformações na agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, p. 107-121, 2017.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Allan Elias da. Sustentabilidade na agricultura familiar: desafios e oportunidades – um estudo de caso dos agricultores familiares de Caiuá/SP. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 6, n. 2, p. 1135-1161, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n2-040>.

SILVA, C. B.; ALMEIDA, G. P. Agricultura familiar e políticas públicas: O caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2013.

SILVA, J. G. A.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. *Desenvolvimento rural no Brasil: desafios e perspectivas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2010.

SOARES, P.; MARTINELLI, SS; MELGAREJO, L.; DAVÓ-BLANES, MC; CAVALLI, SB Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar



mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 1891-1900, 2015.

SOUSA, J. T.; PEREIRA, R. C. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na agricultura familiar. Brasília, DF: Embrapa, 2011.

Spanevello, R. M., Azevedo, L. F., Vargas, L. P., & Matte, A. (2011). A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, 45(2), 291-304.

Sznitowski, A. M., Sousa, P. C. D., & Thiago, F. (2021). Indicadores organizacionais e planejamento sucessório em empreendimentos rurais de grande porte: um estudo no estado de Mato Grosso. *Interações (Campo Grande)*, 22, 51-66.

TRICHES, RM Reconnectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 2, pág. 20-42, 2009.

XAVIER, Bárbara Gabrielle de Souza; MELLO, Luísa Helena Mendes de; SILVA, Nathalia Coutinho. Planejamento e controle da produção: proposta de metodologia a ser aplicada na implantação do PCP em pequenas empresas agrícolas familiares. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Coordenação do Curso de Engenharia de Produção, Centro Universitário UNA, 2023.



APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista aos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.

Bloco 1 – Perfil dos respondentes	
1. Comunidade/endereço:	
2. Idade (anos):	
3. Estado civil	() solteiro () casado () viúvo () divorciado/separado () outro Se outro, qual?
4. Sexo:	() masculino () feminino () outro
5. Nível de escolaridade:	() sem escolaridade () ensino fundamental () ensino médio () ensino superior
6. Quantas pessoas moram na propriedade?	() 1 a 3 () 4 a 7 () 8 a 10
7. Quanto tempo está na propriedade?	() menos de 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 11 anos
8. Quem é o responsável pela produção?	() pai () mãe () filhos () família
9. Seus filhos estão ou pensam em seguir na propriedade rural?	() Sim. () Não. Por quê?
10. Principais olerícolas cultivadas para comercialização e autoconsumo na sua propriedade:	() alface () cebolinha () quiabo () berinjela () abóbora () pimentão () tomate () abobrinha () rúcula () couve manteiga () jiló () pimenta bode () pimenta de cheiro
11. Os alimentos produzidos na propriedade são para prioritariamente :	() autoconsumo e venda () venda e autoconsumo () autoconsumo () venda () não produz
Bloco 2 – Limitações para vender ao PNAE	
12. Você teve ou tem dificuldade para participar do processo de venda? (buracracia voltada à chamada pública etc)	() Sim. Qual? () Não.
13. Você teve ou tem dificuldade na produção para atender/entregar as vendas realizadas?	() Sim. Qual? () Não.



(ex. Parou de produzir e/ ou reduziu a quantidade etc)	
14. Você teve ou tem atrasos nos pagamentos?	() Sim. Qual? () Não.
15. Você já pensou ou pensa em desistir de comercializar via PNAE?	() Sim. Por quê ? () Não.
16. Você faz o planejamento do quê, quanto e quando produzir?	() Sim. () Não. O que faz e como?
17. Você tem dificuldade sobre o contrato de venda que realiza?	() Sim. Qual? () Não.
18. Quais requisitos sanitários devem ser cumpridos? Você tem dificuldade em cumprir?	Quais requisitos? () Sim. Quais? () Não.
19. O número de pessoas na sua propriedade é suficiente para produzir?	() Sim. () Não. Por quê ?
20. Tem jovens na sua propriedade?	() Sim. () Não.
21. SE sim, eles pretendem permanecer?	() Sim. () Não. Por quê ?
22. Você teve ou tem dificuldade em apresentar a documentação exigida para vender ao PNAE?	() Sim. Qual? () Não.
23. Você sente que tem informação suficiente sobre PNAE?	() Sim. () Não. Por quê?
24. A quantidade de alimentos produzidos é suficiente para atender à demanda (se consegue manter a entrega regular)?	() Sim. () Não. Por quê?
25. Os preços dos produtos vendidos estão de acordo com o valor de mercado?	() Sim. () Não. Por quê ?
26. Você tem infraestrutura adequada para a produção, o armazenamento e a distribuição (equipamentos, máquinas e galpões/armazéns)	() Sim. () Não. Quais?
27. Você teve ou tem dificuldade com as condições climáticas?	() Sim. Quais? () Não.
28. Você teve ou tem dificuldades/ problemas com transporte dos produtos e armazenamento? (logística e armazenagem)	() Sim. Qual ? () Não.
29. Você teve ou tem acesso a financiamentos (crédito rural)?	() Sim. () Não.
30. Se sim, que tipo de crédito?	() Assistência técnica () Pronaf () Fethab () Pnae () Paa () Nunca buscou
31. Se sim, teve dificuldades?	() Sim. Qual ? () Não.
32. Você participa de cooperativas?	() Sim. Qual ? () Não.
33. Você teve ou tem dificuldade para atender a qualidade exigida para os produtos?	() Sim. Qual ? () Não.
34. Que produtos você produz para vender?	
35. Que produtos você produz para o consumo próprio?	



36. O que faz você decidir sobre o que plantar?	☐ Planto o que domino a técnica de produção ☐ Planto o que tem demanda de mercado (para vender) ☐ Ambas ☐ Outro motivo. Qual?
37. Você já teve problema com variação e/ ou preços abaixo do mercado ao vender para o PNAE?	☐ Sim. Qual ? ☐ Não.
38. O local para entrega de produtos favorece a sua entrega?	☐ Sim. ☐ Não. Por quê?
39. Os preços são sempre informados nas chamadas públicas?	☐ Sim. ☐ Não.
40. Você se sente seguro e motivado para vender ao PNAE?	☐ Sim. ☐ Não. Por quê?
Bloco 3 – Benefícios de vender ao PNAE	
41. Quais benefícios você percebe por comercializar com o PNAE em relação a:	a) Renda b) A sua família c) A quem compra seus produtos.
42. A venda regular e previsível dos seus produtos traz benefícios para sua propriedade?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não.
43. Você percebe benefícios por estar próximo de quem compra?	☐ Sim. Quais? ☐ Não.
44. Você percebe como benefício a inclusão de alimentos locais na merenda escolar?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não.
45. Você percebe como benefício a entrada de produtos conforme as especificações pedidas?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não.
46. Você acredita que os produtos fornecidos ao PNAE traz hábitos de alimentação saudáveis e melhora a alimentação?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
47. Vender para o PNAE favorece os produtos da agricultura familiar?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
48. Vender para o PNAE cria novos mercados?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
49. Vender para o PNAE fortalece a agricultura familiar?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
50. Vender para o PNAE contribui para diversificar e aumentar a produção?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
51. O processo de compra do PNAE por chamadas públicas favorece a participação?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
52. A venda para o PNAE contribui para melhorar a qualidade de vidas dos produtores e os mantém no campo?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?
53. Vender para o PNAE contribui para manter a renda na área rural?	☐ Sim. Por quê? ☐ Não. Por quê?



APÊNDICE B- Limitações dos produtores dos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.

Quadro 1: Limitações dos produtores relacionadas às vendas em julho de 2024.

Categorias	Limitações
Venda	Questão 14 Você teve ou tem atrasos nos pagamentos? 100% não Questão 15 Você já pensou ou pensa em desistir de comercializar via PNAE? 62,5% Não. - Ao contrário, quero sempre melhorar; - Ao contrário, só quero melhorar, quero ver se vai pra frente minhas vendas 37,5% Sim. - Na época da pandemia parei por medo de não conseguir entregar - Parei porque fiquei doente e hoje eu já não consigo mais trabalhar sozinho devido aos problemas de saúde, e não penso em vender mais - Parei por algum tempo devido problema de saúde e falta de interesse - Eu desisti, mas por falta de interesse, sempre trouxe as mercadorias no carro e já tinha os clientes, mas agora quero voltar Questão 25 Os preços dos produtos vendidos estão de acordo com o valor de mercado? 87,5% Sim. 12,5 % Não. Por quê? - Na época que se faz a chama pública o preço está bom, chega na metade do ano o preço está menor do que o do mercado - Sempre foi boa e ninguém reclamava do preço - Está bom, não tenho o que reclamar - Quando eu vendia os preços eram até melhores que do mercado - A maioria das vezes, esse ano que achei o preço do alho muito mais barato - Na época que vendia estava bom sim Questão 33 Você teve ou tem dificuldade para atender a qualidade exigida para os produtos? 100% Não. Questão 37 Você já teve problema com variação e ou preços abaixo do mercado ao vender para o PNAE? 37,5 % Sim. Qual? - Esse ano estou tendo com o alho no período de chuva devido à oferta, mas nunca tive não. - Dependendo da época do ano 62,5 % Não. Questão 38 O local para entrega de produtos favorece a sua entrega? 100% Sim. () Não. Por quê? - É bem mais fácil, facilita, favorece, não tenho problema, quando inicia as pessoas explicam Questão 39 Os preços são sempre informados nas chamadas públicas? 100% Sim.



	Questão 40 Você se sente seguro e motivado para vender ao PNAE? Por quê? 100% Sim. - Porque sei que tudo que planto vai colher e vou ter renda - É confiável e organizado - É um negócio bom, melhor coisa que o governo fez - Na época sim, não tinha preguiça, gostava de vender, ir nas escolas entregar os alimentos porque temos a segurança de termos para quem vender, que iremos receber, é muito bom - Muito, quero sempre melhorar a motivação tem porque tudo que planta vende e recebe - Quero voltar a vender, muitos conhecidos vendem, recebem, e os de Tangará tomando conta, não pode.
--	---

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quadro 2: Limitações dos produtores relacionadas à produção em julho de 2024.

Produção	Questão 13 Você teve ou tem dificuldade na produção para atender/ entregar as vendas realizadas? (ex. parou de produzir e ou reduziu a quantidade etc.) 50% Sim. - O movimento é grande e não tem mão de obra suficiente, e tem que fazer tudo sozinho. - No início do ano é mais difícil para apurar - Mais em relação a produção, às vezes tenho insuficiente e entrego aos poucos - Porque estou começando na venda para a alimentação, ainda estou adequando a quantidade - Parou de entregar, mas ainda produz em pequena quantidade, por questão de saúde - Aprendi a utilizar cinza, adubo orgânico. Na época eu não tive dificuldades de entregar os alimentos naturais, somente com as polpas eu não podia vender e tinha muito 50% Não. Questão 24 A quantidade de alimentos produzidos é suficiente para a atender a demanda (se consegue manter a entrega regular)? 75% Sim. 25% Não. Por quê? - Às vezes falta alimento para entregar - Às vezes plantamos e não é o suficiente para a entrega total - Atualmente sim, porque tudo que planto eu vendo - Eu gosto de fatura, tenho de tudo um pouco, não tenho problema de falta de alimento Questão 26 Você tem infraestrutura adequada para a produção, o armazenamento e a distribuição (equipamentos, máquinas e galpões/armazéns)? 87,5% Sim. Quais? 12,5% Não. - Eu tenho condições, mas conheço alguns que tem vontade de vender na merenda e não tem como levar, antes passava um caminhão carregando os alimentos dos agricultores, mas parou. Questão 27 Você teve ou tem dificuldade com as condições climáticas? 87,5% Sim. Quais?
----------	--



	- Ano passado teve 2 ou 3 eclipses e acabou com o plantio, o tempo quente, frio, terra seca, mesmo irrigando a planta não aguenta - Principalmente na época de seca, agosto, mesmo molhando o mamão não produziu - Muita dificuldade, de uns 4 anos pra cá poucos produzem bem devido à falta de chuva, pasto morre - Pouca chuva fica difícil dar acerola e daí tenho que ir guardando no freezer para dar a quantidade de entregar - Na seca tenho problema na produção e com muita chuva tem coxilhão - Sempre na seca tenho que fazer irrigação e isso aumenta os custos operacionais, e conheço muitos agricultores que não tem a mesma condição de fazer irrigação - Esse ano não produzi muito devido à seca, o poço por pouco não secou, deixei mais para p gado 12,5% Não. Questão 28 Você teve ou tem dificuldades/ problemas com transporte dos produtos e armazenamento? (logística e armazenagem) 12,5% Sim. Qual? - Eu não, mas conheço algumas pessoas que tem - Minha filha que entrega, mas quem não tem ninguém para entregar, sofre e as vezes perde tudo, daí tenho que doar 87,5% Não. Questão 34 Que produtos você produz para vender? - Cajá manga, limão do Pará, acerola, manga, caju, lima, ponkan, cará, mandioca, banana - Banana maçã, banana prata, caju, - Todos que produzo, rúcula, almeirão, acerola, caju - Quando vendia no programa eu tinha: melancia, banana maçã, banana nanica, abóbora, maracujá e atualmente somente polpas de acerola, tamarindo, maracujá, cupuaçu, araçá, abóbora - Todos que produzimos - Todos que produzo - Tenho de tudo um pouco Questão 36 O que faz você decidir sobre o que plantar? 37,5% planto o que domino a técnica de produção 62,5% ambas Outro motivo. Qual? - Planto o alimento de qualidade, vende bem, produto bom de demanda - A família decidi, o que pode entregar, fácil de vender, não tem assistência técnica para ajudar no plantio. - Planto dois pés, vejo que dá certo, planto mais. - Eu nunca tive assistência, alguém ensinando a plantar aqui, eu aprendia sozinho, tinha ideia e testava, fui em outros lugares de fora e aprendi testando, o que vemos que a terra foi boa, nos plantamos - Eu faço teste, deu certo, planto - Planto o que já tenho experiência, tenho os adubos
--	--

Fonte: dados da pesquisa (2024).



Quadro 3: Limitações dos produtores relacionadas a burocracia em julho de 2024.

Burocracia	Questão 12 Você teve ou tem dificuldade para participar do processo de venda? (Burocracia voltada a chamada pública) 100% Não. Questão 17 Você tem dificuldade sobre o contrato de venda que realiza? 100% Não. Questão 18 Quais requisitos sanitários devem ser cumpridos? Você tem dificuldade em cumprir? Quais requisitos? - Lavar os alimentos para entregar e entrega alimentos de qualidade - Lavar os alimentos e ter qualidade - Levo tudo limpo, conforme orientado. - Como eu não conseguia entregar polpa por causa do documento que o município não tinha, entregava somente o que tirava da terra, só lavava - Eu gostaria de vender polpa, congelados, mas devido a legislação eu não consigo vender, e vendo só in natura - Para os alimentos que vendo é somente lavar, entregar alimentos limpos e de qualidade - Lavava os alimentos e entregava limpo 25% Sim. 75% Não. Questão 22 Você teve ou tem dificuldade em apresentar a documentação exigida para vender ao PNAE? 12,5% Sim. Qual? - O problema de ter mandioca descascada e não poder vender para o programa, vendo para o mercado, eles colocam selo e vende - Somente no primeiro ano, depois não tive problema - Na época somente o da polpa - Minha filha que faz para mim essa parte - Somente em relação a documentos relacionados ao SIM que no município não tem. Conheço muitos que tem o alimento, mas não tem a documentação da área, ficando difícil conseguir crédito, participar da venda no programa. 87,5% Não.
------------	--

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quadro 4: Limitações dos produtores relacionadas a gestão em julho de 2024.

Gestão	Questão 16 Você faz o planejamento do que, quanto e quando produzir? 50% Sim. 50% Não. O que faz e como? - Tento fazer, mas o tempo não dá certo, exemplo: planto mandioca com 6 meses, planto com 4 meses, planto com 2 meses e vou plantando e colhendo. - Na estufa planto toda semana para não faltar alimento - Nunca planejei, fui tendo ideia, fiz por conta, fui em outras cidades aprender e fiz - O meu esposo que planta e sempre planta numa época que vou colher em época de aula, ele que entende - Eu faço teste, deu certo, eu planto - Na época que entregava havia planejamento, utilizava irrigação
--------	---



	- Eu plantava direto, não faltava, colhia e plantava. Questão 19 O número de pessoas na sua propriedade é suficiente para produzir? 50% Sim. 50% Não. Por quê? - Muito trabalho e não acho pessoas para trabalhar - Porque não tenho muita produção mais, eu faço as polpas e vendo - Sempre que precisamos, pedimos ajuda, pago a diária - Eu quem planto, as vezes eu contrato alguém para me ajudar, mas não é fácil conseguir - Eu mesmo sou responsável por plantar e tenho ajuda do filho as vezes. Questão 20 Tem jovens na sua propriedade? 50% Sim. 50% Não. Questão 21 SE sim, eles pretendem permanecer? 25% Sim. 75% Não. Por quê? - Querem outras atividades - Os que estão nos campos moram em suas casas e trabalham no campo - Só tenho criança - Os jovens normalmente vão estudar e alguns deles não querer trabalhar no campo - Meus filhos moram comigo, mas não gostam de trabalhar com campo Questão 23 Você sente que tem informação suficiente sobre PNAE? 100% Sim. Não, por quê? Questão 29 Você teve ou tem acesso a financiamentos (crédito rural)? 100% Sim. Questão 30 Se sim, que tipo de crédito? 100% Pronaf. Questão 31 Se sim, teve dificuldades? 25% Sim. Qual? - Para ter acesso a alguns créditos tem que ter projeto e não tem assistência técnica - De ter que arrumar a documentação, a maioria dos colegas não pagaram terreno - Sempre tive, nunca tive problema, pagava certinho - Utilizava mais para a pecuária - Não tive problema, uso mais para comprar gado. 75% Não. Questão 32 Você participa de cooperativas? 100% Não.
--	---



APÊNDICE C- Benefícios dos produtores que comercializavam entre 2014 e 2023.

Quadro 5: Benefícios dos produtores relacionadas à venda em julho de 2024.

Categorias	Benefícios
Venda	Questão 41 Quais benefícios você percebe por comercializar com o PNAE em relação a: a) Renda b) A sua família c) Quem compra seus produtos. - Projeto bom, renda mensal, completa o rendimento da família, alimentos saudáveis e menos veneno - Ajuda complementar a renda, comprar roupa, sapato, para os filhos, e para quem compra porque não tem veneno - Renda boa, ganha bem, tudo sai desse dinheiro. Para quem compra, compra qualidade, as vezes compra do mercado a rúcula, dois dias amarela, da sua plantação não. - A renda era muito boa, ajudava a manter a casa, não era aposentado, comprei outro sítio praticamente com as vendas - Contribui muito na renda da família, e para quem compra, que entregamos alimentos de qualidade, não usamos veneno, tudo mais natural - Melhora a renda, sabe que o alimento que vendeu irá receber, pode investir no sítio, e para quem compra, compra alimentos saudáveis para os alunos, de qualidade - São uma renda extra, pode investir na propriedade e para a escola, receberá um produto de maior qualidade - A renda é muito boa, ajuda muito, e para os alunos é bom porque os alimentos são saudáveis. Questão 42 A venda regular e previsível dos seus produtos traz benefícios para sua propriedade? 100% Sim. Por quê? - Porque produz e vende, pode aplicar o dinheiro na área - Todo mês sabia o quanto ia receber - Porque investi com estufa, poço - Facilita a entrega e já deixava tudo no jeito - Com certeza - Sim, traz - Renda extra ajuda e dá para se ter ideia de quanto e quanto vai entrar - Porque sabe que tudo que vai produzir vai vender Questão 43 Você percebe benefícios por estar próximo de quem compra? 100% Sim. Quais? - Quanto mais perto, melhor o produto chega - Facilita, porque se tiver que andar muito fica mais caro.



	- Muito, porque é perto, estrada boa - Quanto mais perto melhor, mas não tive dificuldades mesmo morando um pouco mais longe - Os alimentos chegam com qualidade, mas mesmo um pouco distante, entregamos alimentos de boa qualidade - Sim, melhor - O custo fica menor, o alimento chega melhor, questão de logística - Não tenho dificuldades com a distância - Com certeza, o custo fica menor, e consequentemente o lucro é maior. Questão 44 Você percebe como benefício a inclusão de alimentos locais na merenda escolar? 100% Sim. Por quê? - Entrega de produto de primeira - Muito, porque nossos filhos na escola comem os alimentos que produzimos, saudáveis - Porque não tem produto químico - Muito, porque entregamos alimentos saudáveis e muitas crianças não tem o alimento em casa - A qualidade é melhor - Sim, os alimentos chegam mais rápido, melhor a qualidade - Muito, tendo terra boa, tem fatura, e melhor para a merenda Questão 47 Vender para o PNAE favorece os produtos da agricultura familiar? 100% Sim. Por quê? - Tendo a documentação e produto, é uma renda para o agricultor - Serve os alunos com alimentos sadios - Porque entrega o que planta, sem medo - Porque sabemos que tudo que plantamos vamos vender - Melhora a renda e sabe até onde pode investir - Muito, abre outro campo de venda - Tem alguns produtores que não tem quem ajude na documentação, muitos nem tentam vender. Outros tem o alimento e não tem como entregar, daí nem participam. - Incentivo ao produtor - Muito, é outra forma de vender o que produz de alimentos Questão 52 A venda para o PNAE contribui para melhorar a qualidade de vidas dos produtores e os mantém no campo? 100% Sim. Por quê? - Claro, outra renda e incentiva a ficar no campo - Porque todos que conhecem e vendem continuam vendendo - Sim - Era uma renda a mais em casa - Sim, porque melhora a renda da família - Sim, com certeza -Sustentabilidade - Com certeza, é outra renda, complementa a venda na feira, agora não faço mais, fiz muito, parei porque não vou mais final de semana trabalhar, fiz muito.
--	---

Fonte: dados da pesquisa (2024).



Quadro 6: Benefícios dos produtores relacionadas à produção em julho de 2024.

Produção	Questão 45 Você percebe como benefício a entrada de produtos conforme as especificações pedidas? 100% Sim. Por quê? - Facilita a entrega - Sim, porque sabe o que a pessoa quer comprar - Facilita muito - Facilita, porque já pedi como quer comprar - Facilita na hora da entrega - Porque conhecendo como vai comprar, vendemos da forma que o mercado compra - Ajuda na entrega Questão 46 Você acredita que o produto fornecido ao PNAE traz hábitos de alimentação saudáveis e melhora a alimentação? 100% Sim. Por quê? - Sim, porque levo alimentos que as vezes as crianças não conhecem e ensina comer - Tem muitas crianças que não tem o que comer e na escola comem alimentos saudáveis - Com certeza, porque não usa veneno, produto natural - Com certeza, os alunos comem alimentos sem veneno, mais saudável - Com certeza, tem crianças que não tem legumes em casa, e na escola tendo eles comem melhor - Os alunos comem alimentos saudáveis e muito não tem em casa - Com certeza, alimentos frescos e saudáveis - Com certeza, tem muitos alunos que não tem os alimentos e na escola tem Questão 50 Vender para o PNAE contribui para diversificar e aumentar a produção? 100% Sim. Por quê? - Variedade de alimentos produzidos e vendidos, quanto mais produz mais vende - A pessoa vai trabalhar conforme a necessidade - Porque incentiva, tem interesse em plantar - Contribui - Os agricultores vendem diversos alimentos - Sempre procuramos melhorar - Pode colocar outros produtos no mercado - Porque quanto mais vende, mais produz - Com certeza, com a renda investimos na produção de outras plantações - Com certeza
----------	---

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quadro 7: Benefícios dos produtores relacionadas a burocracia em julho de 2024.

Burocracia	Questão 51 O processo de compra do PNAE por chamadas públicas favorece a participação? 100% Sim. Por quê? - Porque explica tudo, produto, forma de armazenamento - Se tiver oportunidade de voltar a vender
------------	---



	- Porque tem vocês aqui para ajudar, e tem medo de mudar para tudo eletrônico - Sim, o problema é alguns documentos que precisa para vender alguns produtos e não temos, antes eu até tentei arrumar, ficava uns 5 mil, mas fiquei doente, não quis mais ir atrás - Com certeza - Favorece, o problema é que nem todos que estão no campo tem os documentos, daí prejudica - Fica aberta a proposta, discussão, troca de ideia - Ajuda, porque tira as dúvidas
--	---

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quadro 8: Benefícios dos produtores relacionadas a gestão em julho de 2024.

Gestão	Questão 48 Vender para o PNAE cria novos mercados? 100% Sim. Por quê? - Garantia de venda do alimento que plantamos - Sabemos que o que plantamos vamos vender e receber - As pessoas das escolas começam a nos conhecer e podemos vender para outras pessoas - Ajuda os agricultores da cidade - Com certeza - Mais um local que podemos vender além de mercados e na rua, feira Questão 49 Vender para o PNAE fortalece a agricultura familiar? 100% Sim. Por quê? - Sim, com certeza - Com certeza, uma renda a mais - Vendendo para o pnae que pude arrumar aqui, comprar roupa, sapato para minha família Questão 53 Vender para o PNAE contribui para manter a renda na área rural? 100% Sim. Por quê? - Com certeza - Sim, mas muito agricultor não tem acesso ao mercado, é uma forma de manter na zona rural. Na região tem muitos agricultores que plantam, mas não tem documento e não pode vender. - Muito, quero continuar - Sim, sabe que vai receber e vai pagar diária para alguém ajudar na plantação, muito serviço e pouca mão de obra, ano que vem quero plantar alho, cebola, cenoura, beterraba, planejei tudo para o próximo ano. - Sim, eu só quero melhorar, produzir mais, vender mais para as escolas, aos poucos vou melhorando, comecei a pouco tempo. - É uma renda extra - Com certeza, tudo que vender da terra é bem-vindo
--------	---

Fonte: dados da pesquisa (2024).



APÊNDICE D – Comercialização de Horticultura município de Nova Olímpia-MT.

Vantagens de vender ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) .



Elaboração
Taysa Campos Fontoura
Adelice Minetto Sznitowski





SUMÁRIO

Objetivo	03
Apresentação	04
O que é o PNAE?	05
Passos para a comercialização via PNAE	06
Documentos necessários	07
Vantagens de vender ao PNAE	08
Considerações finais	09



OBJETIVO

Orientar os agricultores sobre o PNAE, esclarecendo seu conceito, detalhando os passos e procedimentos para a comercialização de seus produtos, indicando os documentos necessários e destacando os principais benefícios da venda dos alimentos para a alimentação escolar.





APRESENTAÇÃO

Este material foi desenvolvido por meio de pesquisa com agricultores para oferecer informações sobre o PNAE, no que se refere, e entender o PNAE quanto ao processo de comercialização dos alimentos destinados à alimentação escolar.

Por meio desta cartilha, você encontrará um guia passo a passo com detalhes sobre os procedimentos e os documentos necessários para formalizar e efetivar a venda dos seus produtos. Além disso, são citadas as vantagens de vender ao PNAE para os agricultores e para a qualidade da alimentação escolar para os alunos.





O QUE É O PNAE?

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é uma política pública que garante alimentação escolar aos estudantes da educação básica, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Para os agricultores familiares, o programa representa uma importante oportunidade de mercado, pois exige que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) sejam usados na compra direta de produtos da agricultura familiar .





PARA VENDER AO PNAE SÃO 05 PASSOS, VEJA A SEGUIR PASSOS PARA VENDER NO PNAE

1- Cadastro e Regularização

Fazer cadastro junto aos órgãos competentes (municipais ou estaduais), garantindo que sua produção seja reconhecida como proveniente da agricultura familiar;

2. Participar de Editais e Seleções

Ficar atento aos editais e convocações divulgadas pela Secretaria de Agricultura local ou pelo órgão gestor do PNAE no seu município;

3. Atender os Critérios de Qualidade

Os produtos devem atender a normas de qualidade e segurança alimentar, que podem incluir padrões de colheita, armazenamento e transporte;

4. Formalizar o Contrato

Após a seleção, haverá a formalização de um contrato entre o agricultor e o órgão comprador, especificando detalhes, prazos e condições de pagamento;

5. Acompanhar e Monitorar

Manter um canal de comunicação ativo com o gestor do contrato para relatar qualquer eventualidade e acompanhar a execução do fornecimento.



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO VIA PNAE

1.Documento de Identificação e CPF/CNPJ

São documentos básicos que identificam o produtor;

2.Comprovante de Residência e/ou de Propriedade, Documentos que atestam a localização da atividade rural;

3.Registro no INCRA ou Órgão Competente Registro oficial que formaliza a atividade agrícola;

4. Documentação Fiscal (Inscrição estadual);

5. Certificados Sanitários (quando aplicável)

Documentos que comprovam que os alimentos passam por processos que garantem a higiene e segurança alimentar;

6. Abertura de conta bancária;

7. Extrato do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ;

8. Declaração que o alimento é produzido na propriedade;

9. Se for associação ou cooperativa:

Certidões de regularidade da receita federal, INSS e FGTS ; Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria; Projeto de venda assinado pelo(a) representante legal.



VANTAGENS DE VENDER AO PNAE

- Estabilidade financeira;
- Melhora o orçamento da família;
- Contribui para a qualidade de vida;
- Aprimoramento da infraestrutura e a produção da propriedade;
- Recebimentos regulares e previstos ajudam a organizar o orçamento familiar;
- Facilita o planejamento do quê e quando plantar;
- Incentiva o cultivo de novos produtos, diversificando a produção;
- Melhora a qualidade e a produtividade dos alimentos;
- A chamada pública torna mais acessível a participação do pequeno agricultor;
- Disponibilidade de orientação sobre os documentos, elaboração de projeto de venda e cumprimento de orientação sobre documento;
- Disponibilidade de orientação sobre documentos e elaboração de projeto de venda e cumprimento das regras de programa;
- A experiência no PNAE abre portas para outras oportunidades de venda;
- Resgata e promove alimentos típicos da região;
- Oferece previsibilidade e permite planejamento futuro da propriedade e da família;
- A renda adicional possibilita investimentos no bem estar familiar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar do PNAE é uma excelente oportunidade para os agricultores familiares ampliarem seus mercados, manterem sua renda e fortalecerem a economia local.

Para vender ao PNAE, basta seguir alguns passos indicados e reunir a documentação necessária.

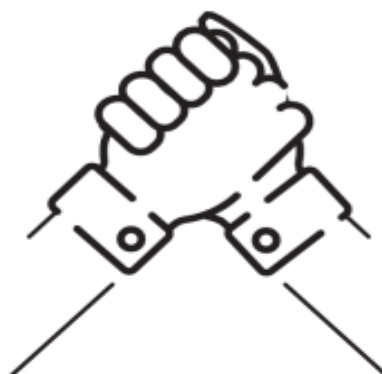
Em caso de dúvidas, procure a Secretaria de Educação, no departamento de Alimentação e Nutrição, Secretaria de Agricultura e Empaer do seu município.





APÊNDICE E – Recomendações ao Poder Público para Mitigar Limitações na Comercialização via PNAE.

**Recomendações para facilitar/
incentivar a Comercialização via
PNAE no município de Nova Olímpia-
MT**



**Elaborado por
Taysa Campos Fontoura
Adelice Mlnetto Sznitowski**





SUMÁRIO

Objetivo	03
Apresentação	04
Fortalecer o Planejamento e Assistência Técnica	05
Melhorar a Infraestrutura de Produção e Logística	05
Incentivar a Participação e Permanência de Jovens na Agricultura	06
Facilitar o Acesso ao Crédito	06
Simplificar as Exigências Burocráticas	06
Estímular a Produção Sustentável	07
Aprimorar as Chamadas Públicas	07
Fomentar o associativismo e cooperativismo	07
Garantia de Pagamentos e Incentivos	08
Monitorar e Avaliar Continuamente	08
Considerações finais	09



OBJETIVO

Este material apresenta recomendações baseadas em estudo realizado com produtores que comercializam VIA PNAE, com o objetivo de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais e fortalecer a participação da agricultura familiar no PNAE. Por meio de ações estratégicas em planejamento, infraestrutura, crédito, sustentabilidade e valorização da produção, é possível promover um sistema mais eficiente e acessível aos agricultores familiares.





APRESENTAÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel essencial no fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. No entanto, os agricultores enfrentam dificuldades para vender ao PNAE e com isso, perdem oportunidades oferecidas pelo programa.

Esse material apresenta recomendações direcionadas a: Fortalecer o Planejamento e Assistência Técnica; Melhorar a Infraestrutura de Produção e Logística; Incentivar a Participação e Permanência de Jovens na Agricultura; Facilitar o Acesso ao Crédito; Estimular a Produção Sustentável; Aprimorar as Chamadas Públicas; Fomentar o associativismo e cooperativismo; Garantia de Pagamentos e Incentivos; Monitorar e Avaliar Continuamente; Considerações finais.





FORTALECER O PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O que fazer?

- Capacitar os agricultores sobre planejamento da produção, práticas sustentáveis e diversificação de cultivos.
- Garantir assistência técnica permanente para melhorar a produtividade e organização.
- Incentivar a criação de associações e cooperativas para facilitar o planejamento conjunto.

MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA

O que fazer?

- Investir em transporte e armazenamento, disponibilizando veículos compartilhados e ampliando estruturas para estocagem.
- Firmar parcerias com empresas privadas para melhorar estradas e infraestrutura rural.



INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS NA AGRICULTURA

O que fazer?

- Criar programas de crédito e bolsas de estudo para jovens agricultores.
- Promover campanhas para valorizar a agricultura familiar e seu impacto econômico e social.

FACILITAR O ACESSO AO CRÉDITO

O que fazer?

- Estabelecer linhas de crédito específicas para pequenos agricultores que desejam melhorar sua produção.

SIMPLIFICAR AS EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS

O que fazer?

- Oferecer apoio técnico para cumprir requisitos legais e sanitários, especialmente para produtos processados.
- Realizar mutirões ou utilizar unidades móveis para ajudar os agricultores com documentos e registros necessários.



ESTIMULAR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O que fazer?

- Incentivar o uso de tecnologias e práticas adaptadas às mudanças climáticas.
- Oferecer subsídios para compra de insumos e equipamentos sustentáveis.

APRIMORAR AS CHAMADAS PÚBLICAS

O que fazer?

- Garantir ampla divulgação das chamadas públicas, com prazos claros e preços justos.

FOMENTAR O ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

O que fazer?

- Apoiar a criação de associações e cooperativas com benefícios fiscais e capacitação em gestão.



GARANTIA DE PAGAMENTOS E INCENTIVOS

O que fazer?

- Assegurar pagamentos pontuais aos agricultores e meios para evitar atrasos.
- Implementar programas de reconhecimento público para agricultores que se destaquem, não fornecidos ao PNAE.

MONITORAR E AVALIAR CONTINUAMENTE

O que fazer?

- Criar um comitê participativo de monitoramento, envolvendo agricultores e gestores, para identificar e solucionar problemas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Fortalecer a agricultura familiar por meio do PNAE é essencial para garantir a segurança alimentar, promover a economia local e a sustentabilidade.
- Investir em capacitação, infraestrutura, crédito acessível e práticas seguras ajudarão a superar desafios, valorizando os agricultores e incentivando os jovens a permanecerem no campo.
- Com o apoio do poder público e a cooperação entre os envolvidos, é possível construir um sistema alimentar mais justo, inclusivo, eficiente e transformador.

